

6ª TEIA NACIONAL

PONTOS DE
CULTURA PELA
JUSTIÇA CLIMÁTICA
ESPÍRITO SANTO | ARACRUZ

De 19 a 24 de maio de 2026,
em Aracruz, Espírito Santo



MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministério de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretaria Executiva
Márcio Tavares dos Santos

Secretaria Executiva Adjunta
Cassius Rosa

Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC)
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura
Roberta Cristina Martins

Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais
Marcos Alves de Souza

Secretaria de Economia Criativa
Claudia Sousa Leitão

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Thiago Rocha

Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura
Fabiano dos Santos Piúba

Secretaria do Audiovisual
Joelma Oliveira Gonzaga

Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC)

Chefia de Gabinete
Sybele Avelino Pereira

Coordenação do Gabinete
Ulma Marques Mendes

Coordenação de Projetos Especiais
Giselle Dupin

Diretoria da Política Nacional Cultura Viva
João Paulo Pontes e Silva

Coordenação-Geral de Articulação
Leandro Artur Anton

Coordenação-Geral de Parcerias
Iara da Costa Zannon

Diretoria da Promoção da Diversidade Cultural
Karina Miranda da Gama

Coordenação-Geral de Parcerias
Neuran Pereira da Silva

Coordenação-Geral de Cidadania e Direitos Culturais
Shirlei Correa Rodrigues

Coordenação de Promoção das Culturas Indígenas
Tupã Mirim Ju Yan Guarani

Diretoria de Promoção de Culturas Tradicionais e Populares
Sebastião José Soares

Coordenação-Geral de Articulação de Políticas
José Pedro da Silva Neto

Coordenação-Geral de Parcerias
Sandra Cipriano Chaves

Ministério da Cultura
Esplanada dos Ministérios, Bloco B
CEP: 70.068-900
Brasília-DF
<https://www.gov.br/cultura/pt-br>

Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC)
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 2º andar
CEP: 70.068-900
Brasília-DF
Telefone: (61) 2024-2069
E-mail: culturaviva@cultura.gov.br
<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br>



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. Introdução

2. Cultura Viva, uma política com gestão compartilhada e participativa

2.1 Um novo tempo: a retomada da política com os editais de Cultura Viva

2.2 Linha do Tempo: a retomada (2023-2026)

2.3 A vinculação com a Política Nacional Aldir Blanc

3. Teias estaduais e distrital: preparação para a etapa nacional

4. Comissão Nacional de Pontos de Cultura

5. Objetivos e resultados da 6ª Teia Nacional

6. Programação da 6ª Teia: um espaço de encontros, reflexões e pactuações

7. Pitel, o símbolo da Teia: um beija-flor inspirado nas xilogravuras do cordel

8. O território da 6ª Teia: Aracruz, deserto verde e justiça climática

9. Aracruz, uma cidade marcada pela diversidade e pela resiliência

9.1 Pontos de cultura e o congo capixaba

9.2 Banda de Congo São Benedito do Rosário de Vila do Riacho

9.3 Corredor da Biodiversidade

9.4 Acordo de Repactuação do Caso Rio Doce

9.5 Programa Cidades Verdes Resilientes/ AdaptaCidades

9.6 Rede IberCultura Viva de Cidades e Governos Locais

10. Referenciais para pensar a justiça climática

10.1 O impacto do racismo ambiental no cotidiano

10.2 O território como construção histórica, social e política

10.3 Cultura e justiça climática

10.4 Bem viver: um conceito presente nas cosmovisões

10.5 Mulheres negras, indígenas e periféricas: a linha de frente

10.6 Arte, memória e enfrentamento da crise climática

10.7 O protagonismo dos povos e comunidades tradicionais

10.8 Cultura Viva como horizonte de futuro

10.9. Cultura Viva e Agenda 2030

11. Justiça Climática no Novo Plano Nacional de Cultura

12. Plano Clima, uma política climática com a cara do Brasil

13. Protocolo da Cultura Viva para Situações de Catástrofes

14. Outras Teias: de ponto em ponto, as amarras que legitimam o conjunto

15. Referências bibliográficas



APRESENTAÇÃO

A Teia é o grande espaço de encontro, troca de experiências, formação e mobilização dos pontos e pontões de cultura do Brasil. Em sua sexta edição, tem como tema “Pontos de Cultura pela Justiça Climática” e se realiza pela primeira vez fora de uma capital: em Aracruz, no Espírito Santo, onde existem 12 aldeias indígenas habitadas, principalmente, pelos povos Tupinikim e Guarani.

Neste município capixaba, que ainda sofre as consequências de um desastre ambiental ocorrido em 2015, este encontro reafirma o protagonismo de comunidades, coletivos, mestres, mestras e agentes culturais que, em diferentes territórios, mantêm viva a capacidade de resistir, recriar e regenerar.

Feita por e com agentes culturais, lideranças comunitárias, gestores públicos, pesquisadoras e pesquisadores, esta Teia pretende ser um território de escuta, reconhecimento e construção coletiva do futuro que queremos viver. Um chamado à ação, para lembrar que justiça climática não é apenas um conceito: é uma urgência ética, política e comunitária.

Este encontro nacional dos pontos de cultura ocorre após um intervalo de 12 anos (a quinta edição foi em 2014, na cidade de Natal) e celebra não apenas a retomada, mas também o período de forte expansão da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a PNCV conta com um investimento importante, o maior em seus 22 anos de história, especialmente a partir da vinculação de recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Em janeiro de 2023, quando o Ministério da Cultura (MinC) foi recriado e a ministra Margareth Menezes deu início a esta gestão, o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura contabilizava aproximadamente 4 mil grupos e entidades culturais certificados. Em pouco mais de três anos, este número quadruplicou: no início de maio de 2026, já passavam de 16 mil os pontos e pontões espalhados pelos 26 estados e o Distrito Federal. E o investimento na Cultura Viva já ultrapassa a casa de R\$1 bilhão – o piso médio anual é de R\$420 milhões.

Esse processo de retomada, reconstrução e capilarização da Política Nacional de Cultura Viva foi possível graças à gestão compartilhada, à construção em rede junto aos pontos e pontões de cultura das cinco regiões brasileiras. A meta é ter uma política do tamanho do Brasil, com muito mais grupos e entidades reconhecidas no interior, nas áreas rurais, nos centros urbanos, nas periferias e em todos os cantos do país onde pulsa a cultura de base comunitária.

A 6ª Teia Nacional – Pontos de Cultura pela Justiça Climática é uma realização do Ministério da Cultura, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) e do Governo do Estado do Espírito Santo, com o apoio da Prefeitura de Aracruz, da TVE Espírito Santo, do Sesc e do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). A rede parceira integra um conjunto de ministérios, prefeituras, universidades, rede de pontões e rede local de Cultura Viva.

1. INTRODUÇÃO

A humanidade atravessa um tempo marcado pela emergência climática — um processo que não ameaça apenas ecossistemas, mas também modos de vida, sentidos de comunidade, vínculos territoriais e horizontes de futuro. As sociedades em todo o planeta são convocadas a repensar seus modelos de desenvolvimento, suas formas de produção e, sobretudo, suas relações com a natureza, historicamente tratada como recurso e não como parente, corpo ou continuidade da vida.

Ao pautar a justiça climática, a 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura — que se realiza de 19 a 24 de maio em Aracruz, no Espírito Santo — reafirma que a crise ambiental não é apenas ecológica, mas profundamente política, cultural e social.

Ela incide de maneira desigual sobre populações indígenas, negras, periféricas, ribeirinhas e tradicionais — coletividades que sustentam, há séculos, práticas de cuidado, conhecimentos, tecnologias comunitárias de preservação e modos de existência que sempre se organizaram a partir do equilíbrio entre vida humana e ambiente. Paradoxalmente, esses grupos são responsáveis pela proteção dos territórios e pela manutenção de práticas sustentáveis, mas se encontram entre os primeiros a sentir e enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

No Brasil, país de dimensões continentais e de intensa diversidade cultural, social e ambiental, os pontos e pontões de cultura constituem redes comunitárias que fortalecem vínculos, ativam memórias, ampliam pertencimentos e estimulam práticas coletivas de cuidado com a vida e com os territórios. São espaços formativos das artes e dos ofícios, capazes de construir respostas locais e regionais para os desafios ambientais, sociais e civilizatórios.

A 6ª Teia Nacional propõe inspirar reflexão, promover o encontro de experiências e fortalecer a construção de caminhos que reconheçam a cultura como eixo de transformação, de futuro e de justiça. Ela reafirma que não existirá justiça climática sem justiça cultural, porque a vida se sustenta na relação entre povos, territórios e histórias.

Este caderno reúne informações sobre a organização deste encontro, o território onde se realiza e os referenciais conceituais que fundamentam o tema central da Teia, orientando as atividades formativas, a metodologia, o processo de mobilização e o edital de seleção de participantes. Trata-se de um texto de referência, não de um enunciado fechado: é uma base viva, em diálogo permanente com as experiências, vozes e práticas que emergem das redes de Cultura Viva em todo o país e na região ibero-americana.



2. CULTURA VIVA, UMA POLÍTICA COM GESTÃO COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA

O maior encontro dos pontos de cultura do Brasil é feito de momentos de celebração, de diálogo, de reflexão e de pactuação. E também de compromisso institucional para o fortalecimento e aperfeiçoamento da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), que há 22 anos reconhece os coletivos e organizações de base comunitária do país, ampliando a garantia dos direitos culturais e o protagonismo da sociedade.

A PNCV começou como um programa de governo, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania Cultura Viva, lançado em 2004 pelo então ministro Gilberto Gil. Dez anos depois, virou política de Estado, com a sanção da Lei nº 13.018/2014, e em 2023 tornou-se a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

Em 2026, a PNCV está presente em mais de 2.250 municípios brasileiros, nos 26 estados e no Distrito Federal. E segue inspirando políticas culturais de base comunitária de outros países, por meio do programa de cooperação internacional IberCultura Viva, que foi lançado em 2014 pela Secretaria Geral Ibero-americana (Segib) e atualmente conta com 14 países membros.

Tendo como princípio a gestão compartilhada entre os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) e a sociedade civil, esta política pública tem como principais instrumentos os pontos e pontões de cultura, que atuam em rede, articulam atividades entre si e compartilham espaços, metodologias, produtos, serviços, processos criativos e ações coletivas, em âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional.

Os pontos são grupos, coletivos e entidades culturais (com ou sem CNPJ) que desenvolvem atividades culturais em suas comunidades. Já os pontões são entidades culturais com CNPJ, que articulam em rede o conjunto de pontos de cultura, seja em âmbito territorial ou com recorte temático/identitário. Todos os pontões têm um Comitê Gestor composto por, no mínimo, cinco pontos de cultura.

CULTURA VIVA NO BRASIL

PONTOS DE CULTURA NO BRASIL	16.057	100%
PONTOS DE CULTURA COM CNPJ	9218	57,40%
PONTOS DE CULTURA SEM CNPJ	6840	42,59%
MUNICÍPIOS COM PONTOS DE CULTURA	2257 DOS 5570	40,52%

Fonte: Mapa da Cultura
(<https://culturaviva.cultura.gov.br/mapa/#map>), em 04/05/2026





REDES ESTADUAIS/DISTRITAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

AC	154	SP	2930
PI	218	GO	347
AL	212	SE	234
RJ	1638	MA	773
AP	66	TO	142
RN	295	MT	171
AM	410	MS	141
RO	74	MG	1647
BA	1489	PA	553
RS	754	PB	347
CE	762	PE	696
RR	32	PR	608
DF	204		
SC	548		
ES	426		

16.057*

DADOS DE MAIO DE 2026

(*) O total inclui 186 pontos que não informaram a UF no cadastro

PONTÕES DE CULTURA NO BRASIL


681 REGISTRADOS

Dados extraídos do Mapa da Cultura Viva (<https://culturaviva.cultura.gov.br/mapa/#map>), em 4 de maio de 2026.

DIAGNÓSTICO ECONÔMICO DA CULTURA VIVA

O Diagnóstico Econômico da Cultura Viva, realizado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC), em parceria com o Consórcio Universitário Cultura Viva, mostra que a rede de pontos e pontões de cultura atende amplamente a população, com 80 mil atividades gratuitas realizadas por mês (1 milhão por ano), alcançando diretamente 3 milhões de pessoas.

Os resultados – apresentados em seminário no MinC, no dia 6 de maio – também deixam claro que a Cultura Viva é uma grande potência artística, uma imensa rede de arte-educação popular e uma tecnologia de trabalho. Os dados apontam que 75% dos pontos sempre atuam no território/comunidade; 96% desenvolvem linguagens artísticas; 75% trabalham com formação, capacitação e processos educacionais, e 83% mantêm trabalho voluntário.



Esta pesquisa teve como objetivo produzir evidências aplicadas sobre a dimensão econômica dos pontos e pontões de cultura, investigando suas condições de sustentabilidade, formas de geração de renda, acesso a recursos e mercados culturais, bem como suas estratégias de organização, gestão e articulação em rede nos territórios.

O diagnóstico foi estruturado a partir de um formulário organizado em seis eixos analíticos: Identificação, Atuação Cultural, Acesso a Recursos, Acesso a Mercados, Infraestrutura e Gestão e Articulação em Rede, permitindo compreender de forma integrada os contextos econômicos, organizacionais e institucionais da Rede Cultura Viva.

A coleta reuniu 2.424 respostas válidas, sendo 2.084 pontos e 340 pontões de cultura, distribuídos em 867 municípios de todas as 27 unidades da federação. Os dados foram coletados entre julho e setembro de 2025, considerando como período de referência as atividades realizadas entre março de 2023 e fevereiro de 2025.

O Consórcio Universitário Cultura Viva foi criado em 2024 para a realização do projeto 20 anos de Cultura Viva: pesquisa e formação, desenvolvido até este ano de 2026. Formado por estudantes de graduação e de pós-graduação, técnico-administrativos, professores e pesquisadores de três universidades federais – da Bahia (UFBA), Fluminense (UFF) e do Paraná (UFPR) –, o consórcio busca contribuir com a reformulação conceitual e institucional da ação governamental da Política Nacional de Cultura Viva, em parceria com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC).

**CULTURA VIVA É
UMA GRANDE
POTÊNCIA
ARTÍSTICA**

96 %

*dos Pontos desenvolvem
linguagens artísticas em
todo o país*

**IMENSA REDE DE
ARTE-EDUCAÇÃO
POPULAR**

75 %

*dos Pontos trabalham com
formação, capacitação e
processos educacionais*

**TECNOLOGIA
SOCIAL DE
TRABALHO**

83 %

*dos Pontos mantêm
trabalho voluntário*

**8 MIL
VOLUNTÁRIOS
POR MÊS**

**CERCA DE 1 MILHÃO
DE ATIVIDADES
GRATUITAS POR ANO**

Serviços culturais gratuitos na base:
a rede atende amplamente a população

Fonte: Meu Ponto Movimenta - Diagnóstico Econômico da Cultura Viva - Consórcio Universitário Cultura Viva - UFF/UFBA/UFPR

80 MIL

*ATIVIDADES GRATUITAS REALIZADAS
PELA CULTURA VIVA POR MÊS*

3 MILHÕES

*DE PESSOAS ALCANÇADAS
DIRETAMENTE POR MÊS*

SAIBA MAIS SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA:

<https://pesquisaculturaviva-dash.streamlit.app/>

2.1 UM NOVO TEMPO: A RETOMADA DA POLÍTICA COM OS EDITAIS DE CULTURA VIVA

Depois de um período crítico para as políticas públicas de cultura em âmbito federal, entre 2016 e 2022, o Ministério da Cultura foi recriado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023, e a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) ganhou uma diretoria própria dentro da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC).

Os novos tempos ganharam força especialmente a partir de 1º de setembro de 2023, quando foram lançadas duas convocatórias de uma vez: o Edital de Premiação Cultura Viva - Sérgio Mamberti e o Edital Cultura Viva - Fomento a Pontões de Cultura. O investimento, que somava R\$61 milhões, era o maior já feito na história da PNCV.

Mais de mil pessoas participaram do lançamento dos editais de Cultura Viva, na Concha Acústica Paulo Freire, em Recife, numa cerimônia que contou com cortejos de afoxé, maracatu, grupo de frevo, coco de umbigada, orquestra feminina e até uma canja da ministra Margareth Menezes cantando Leão do Norte, do pernambucano Lenine.

2.1.1 PREMIAÇÃO SÉRGIO MAMBERTI

O Edital de Premiação Cultura Viva prestou homenagem ao legado do ator, gestor cultural e defensor dos direitos culturais Sérgio Mamberti (1939-2021). A Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural foi idealizada e liderada por ele, em 2004 (inicialmente com o nome de Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural).

Com investimento total de R\$ 33,5 milhões, este edital contou com 1.117 prêmios (cada prêmio individual no valor R\$ 30 mil). Em abril de 2026, haviam sido pagos 982 prêmios. Outras 135 candidaturas suplentes haviam sido convocadas e estavam em processo para o recebimento dos recursos.

Mais do que reconhecer iniciativas, esta premiação ampliou vozes, fortaleceu trajetórias e levou recursos a territórios e grupos que, muitas vezes, ficaram à margem das políticas públicas.

DADOS GERAIS DO EDITAL



1117 PRÊMIOS
RECONHECENDO
INICIATIVAS CULTURAIS
DE TODO O BRASIL



R\$ 33,5 MILHÕES
EM INVESTIMENTO
PARA FORTALECER
CULTURAS E
TERRITÓRIOS



4.276 INICIATIVAS
CULTURAIS EM
TODO O PAÍS



4 EIXOS
CULTURAS POPULARES
E TRADICIONAIS,
CULTURAS INDÍGENAS,
DIVERSIDADE CULTURAL
E PONTOS DE CULTURA

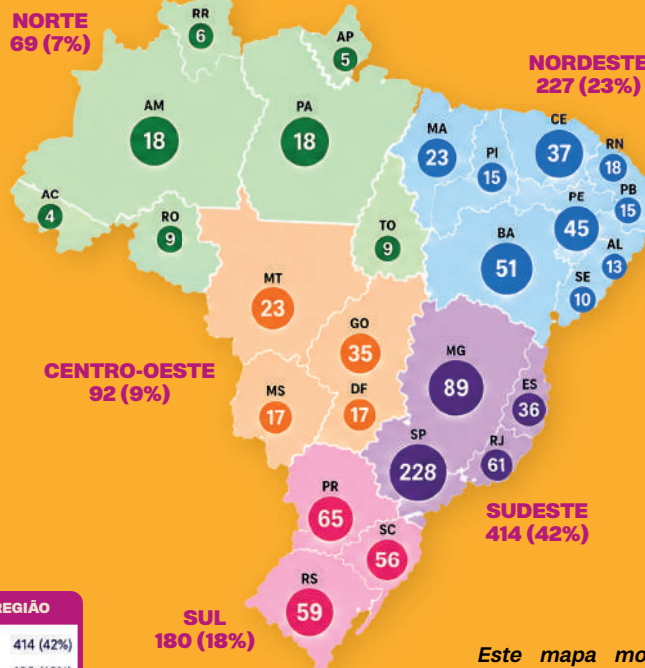
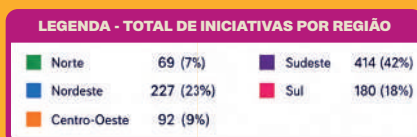
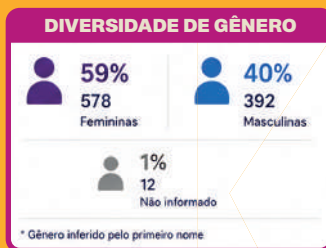
MAPA DA DIVERSIDADE DAS INICIATIVAS - SÉRGIO MAMBERTI

982 INICIATIVAS PAGAS

TOTAL GERAL

982

INICIATIVAS PAGAS



COMO LER O MAPA

Cada bolha representa o número de iniciativas PAGAS em cada estado.

Quanto maior a bolha, maior o número de iniciativas.

DIVERSIDADE DE PRÊMIOS POR REGIÃO



Este mapa mostra a diversidade das 982 iniciativas PAGAS considerando gênero (inferido pelo nome), região (estado) e área do prêmio.

Fonte: Planilha Resultado Final Habilitação (coluna C filtrada: PAGO)

Uma das quatro categorias deste edital é o Prêmio Culturas Populares e Tradicionais - Mestre Lucindo, que buscou reconhecer a atuação de mestres e mestras dos saberes e fazeres, grupos, coletivos e instituições culturais que promovem as culturas populares e tradicionais brasileiras.

As outras categorias da Premiação Sérgio Mamberti são o Prêmio Cultura Viva, dirigido a atividades de pontos de cultura; o Prêmio Culturas Indígenas - Vovó Bernaldina, e o Prêmio Diversidade Cultural, voltado ao reconhecimento e valorização de iniciativas e produções culturais de pessoas idosas, com deficiência, LGBTQIA+ e pessoas com sofrimento ou transtorno mental.

PRÊMIO CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS - MESTRE LUCINDO

Mestres/mestras (pessoa física):

232 candidaturas pagas

Instituições privadas sem fins lucrativos:

42 candidaturas pagas

Grupos/ coletivos culturais (sem CPNJ):

49 candidaturas pagas

PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS VOVÓ BERNALDINA

Grupos/coletivos indígenas e instituições privadas:

89 candidaturas pagas

PRÊMIO DIVERSIDADE CULTURAL

Agente Cultura Viva de LGBTQIA+:

75 candidaturas pagas

Grupos/ coletivos e instituições privadas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural de

LGBTQIA+: 44 candidaturas pagas

Agente Cultura Viva de Saúde Mental:

18 candidaturas pagas

Grupos/ coletivos e instituições privadas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural de saúde mental: 16 candidaturas pagas

Agente Cultura Viva de Pessoa com Deficiência:

51 candidaturas pagas

Grupos/ coletivos e instituições privadas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural de pessoa com deficiência: 16 candidaturas pagas

Agente Cultura Viva de Pessoa Idosa:

57 candidaturas pagas

Grupos/ coletivos e instituições privadas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural de pessoa idosa: 14 candidaturas pagas

PRÊMIO PONTOS DE CULTURA VIVA

Ponto de Cultura: 190 candidaturas pagas

Instituição privada sem fins lucrativos, grupo/ coletivo cultural: 89 candidaturas pagas

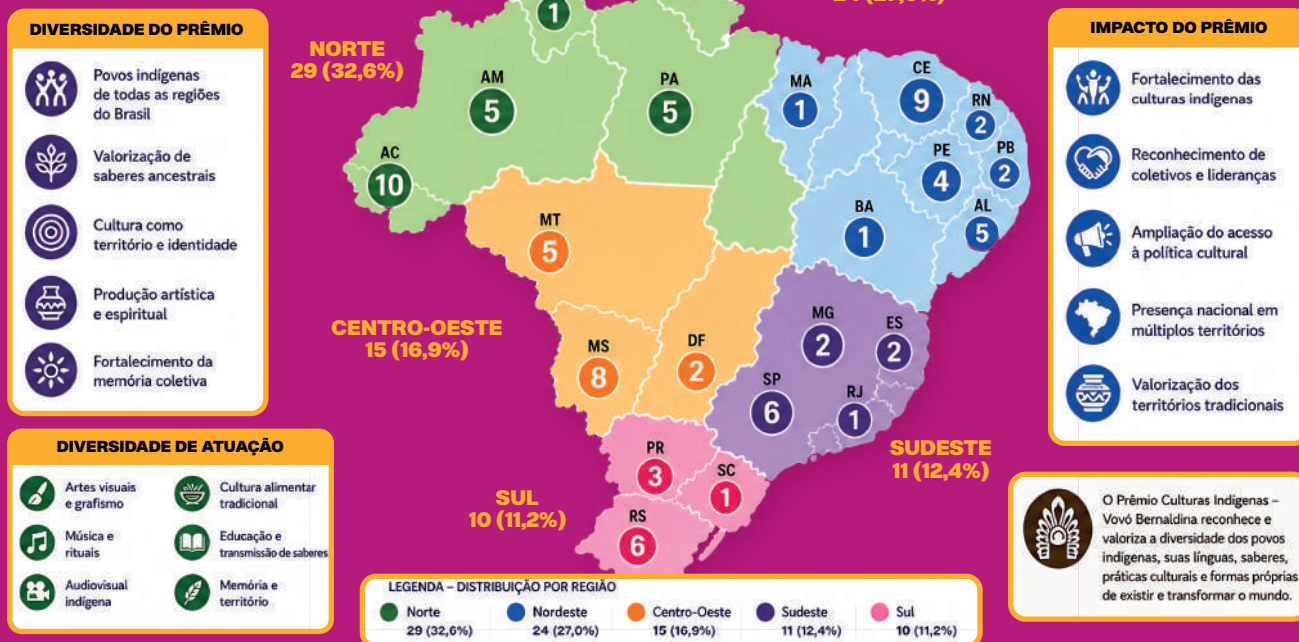
MAPA DA DIVERSIDADE PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS - VOVÓ BERNALDINA

Iniciativas indígenas que fortalecem saberes ancestrais, culturas tradicionais e territórios em todas as regiões do Brasil.

TOTAL GERAL

89

INICIATIVAS PAGAS



2.1.2 FOMENTO A PONTÕES

O Edital Cultura Viva – Fomento a Pontões de Cultura (Edital de Seleção nº 09/2023) contou com um investimento de cerca de R\$28 milhões para projetos propostos por pontões de cultura. A intenção foi promover a atuação de pontões junto às redes estaduais, distrital, temáticas, setoriais e identitárias de interesse comum, com a participação de Agentes Cultura Viva e de um Comitê Gestor para apoiar as ações de diagnóstico, mapeamento, mobilização, articulação de redes e formação.

Neste edital foram selecionados 27 projetos de redes territoriais e 15 de redes temáticas, setoriais e identitárias. Os 42 pontões contemplados firmaram um Termo de Compromisso Cultural (TCC) para receber entre R\$400 e 800 mil, considerando o critério populacional e o tamanho das redes estaduais de pontos de cultura.

Os 27 pontões territoriais estão presentes em 22 estados e no Distrito Federal. Nem todos os estados foram representados neste edital – Alagoas, Mato Grosso, Amazonas e Paraná não tiveram entidades selecionadas nesta chamada, no eixo estadual. E há unidades federativas que contam com dois pontões, como Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os 15 pontões de eixo temático, setorial/identitário, desenvolvem projetos nas seguintes áreas: Culturas Indígenas e Mãe Terra; Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; Culturas Populares e Tradicionais; Cultura Digital, Comunicação e Mídia Livre; Patrimônio e Memória; Livro, Leitura e Literatura; Gênero, Diversidade e Direitos Humanos; Acessibilidade Cultural e Equidade; Cultura Infância; Formação e Educação Cultural; Territórios Rurais e Cultura Alimentar; Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes; Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana.

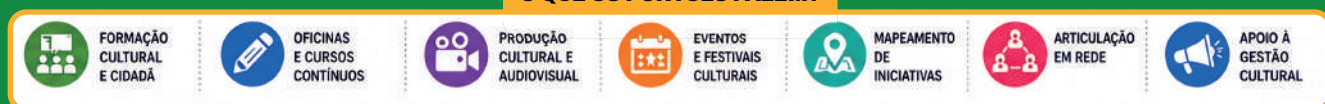
Os 42 pontões envolvem diretamente na gestão 329 pontos de cultura, via Comitês Gestores, e 586 Agentes Cultura Viva. Todos fortalecem a matriz das ações estruturantes, são o DNA da diversidade e estão representados nesta 6ª Teia, que além de espaço de encontro, articulação e troca de experiências, se configura como um momento propício para um balanço desses três anos de gestão, uma avaliação do processo de reconstrução e retomada dessa política, inclusive de suas contradições e limitações. É, sobretudo, um momento de pensar e pactuar o futuro: o futuro da Cultura Viva, das políticas culturais, da democracia, do planeta.

MAPA DA DIVERSIDADE EDITAL CULTURA VIVA - PONTÕES DE CULTURA

Os Pontões conectam iniciativas culturais, fortalecem redes territoriais e ampliam o alcance da Cultura Viva no Brasil



O QUE OS PONTÕES FAZEM?



2.1.3 RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Em 16 de setembro de 2023, entrou no ar o Edital Cultura Viva de Patrocínio sob a Forma de Apoio Cultural às Rádios Comunitárias, uma parceria entre o MinC e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) que previa um investimento de R\$ 2 milhões.

Segundo o edital, as rádios contempladas deveriam veicular pelo menos dez mensagens com foco no fortalecimento e articulação da rede Cultura Viva nos territórios, com 60 segundos cada. Os veículos ficariam responsáveis pela gravação e transmissão de áudios, com base no conteúdo definido pelo Ministério da Cultura.

A iniciativa buscou reconhecer o papel estratégico das rádios comunitárias como instrumentos de democratização da informação, promoção da cultura local e garantia do direito à comunicação.

Com presença em diversas regiões do país, o edital ampliou o alcance de políticas culturais voltadas a territórios periféricos, rurais e comunidades tradicionais. Mais do que apoiar financeiramente, a ação contribuiu para dar visibilidade a experiências que já desempenham um papel fundamental na organização social e cultural dos territórios.

As rádios comunitárias apoiadas atuam como espaços de expressão coletiva, valorização das identidades locais e circulação de saberes. São canais que conectam cultura, educação e cidadania, promovendo debates, difundindo produções culturais e fortalecendo vínculos comunitários.

MAPA DA DIVERSIDADE EDITAL CULTURA VIVA - RÁDIOS



2.1.4 CONSTRUÇÃO NACIONAL DA CULTURA HIP-HOP

Em outubro de 2023, o MinC lançou, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e a Fundação Nacional de Artes (Funarte), o Edital de Premiação Cultura Viva – Construção Nacional do Hip-Hop (Edital nº 10/2023). Esta chamada destinou um total de R\$6 milhões para a premiação de 325 iniciativas culturais voltadas para a criação, produção e/ou circulação de obras, atividades, produtos e ações do movimento hip-hop, que completou 50 anos em 2023.

TOTAL DE PRÊMIOS: 325

PESSOAS FÍSICAS: 200 PRÊMIOS DE R\$15 MIL

GRUPOS/COLETIVOS/CREWS: 75 PRÊMIOS DE R\$20 MIL

INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS: 50 PRÊMIOS DE R\$30 MIL

O Edital de Premiação Cultura Viva - Construção Nacional do Hip Hop representou um marco no reconhecimento das culturas urbanas e periféricas no Brasil. Foram 2.670 inscrições, oriundas de todas as regiões do país. As iniciativas mostraram que o hip-hop atua diretamente na formação de jovens, na promoção da cidadania e no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.

Mais de 70% das iniciativas realizaram ações educativas, confirmando o papel do hip-hop como espaço de aprendizagem, troca de saberes e construção de consciência crítica. As práticas envolveram oficinas, formações, ações em escolas públicas e projetos comunitários, fortalecendo vínculos sociais e criando oportunidades para crianças, adolescentes e jovens.

2.2 LINHA DO TEMPO: A RETOMADA (2023-2026)

Em julho de 2024, quando a Cultura Viva completou 20 anos, foi realizado um seminário em Salvador (Bahia) que girava em torno de quatro eixos: memória, reflexão, futuro e celebração. Com esta 6ª Teia Nacional, o espírito é o mesmo: um encontro para refletir sobre conquistas e desafios, para pensar o futuro, para entrar na ciranda e celebrar esta política que veio para ficar.

2023



Foto: Ricardo Stuckert/PR

- Decreto n. 11.336 - Recria o Ministério da Cultura;
- **Nomeação de Margareth Menezes como ministra da Cultura;**
- Recriação da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC);
- Nomeação de Márcia Rollemberg como secretária na SCDC;
- Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 – Estabelece diretrizes para o fomento à cultura;
- Lançamento dos Editais de Cultura Viva: Fomento a Pontões de Cultura e Prêmio Sérgio Mamberti, em 1º de setembro de 2023;
- Lançamento do Edital Cultura Viva de Apoio Cultural às Rádios Comunitárias, em 16 de setembro de 2023;
- Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 – Regulamenta a Lei nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;
- Lançamento do Edital Cultura Viva - Construção Nacional Hip-Hop, em 25 de outubro de 2023;
- Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre ações afirmativas e medidas de acessibilidade na Política Nacional Aldir Blanc;
- Criação do Consórcio Universitário Cultura Viva, reunindo 3 universidades federais: da Bahia (UFBA), Fluminense (UFF) e do Paraná (UFPR).

2024



Foto: Gilberto Soares

- Portaria SCDC/MinC nº 05, de 11/06/2024 - Dispõe sobre a recriação da Comissão de Certificação do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;
- Lei n. 14.835 - Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura;
- Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, estabelece o Marco Regulatório do Fomento à Cultura;
- Instrução Normativa nº 12 - Dispõe sobre concessão de bolsas e prêmios da PNCV e altera a IN nº 8/2016;
- **4ª Conferência Nacional de Cultura - de 4 a 8 de março, em Brasília (DF);**
- 1º Seminário Pontões de Cultura: a política de base comunitária reconstruindo o Brasil (DF);
- Encontro Cultura Viva 20 anos – de 3 a 6 de julho, em Salvador (BA);
- Portaria Nº151/2024 - Institui o GT Culturas Tradicionais e Populares para produzir os subsídios necessários à elaboração e implementação da Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares;
- Seminário Comemorativo dos 10 anos do IberCultura Viva - 27 a 29 de novembro, em Brasília;
- Aprovação da Lei Estadual Cultura Viva da Bahia, em 3 de dezembro.

2025

- Decreto nº 12.409, de 13 de março de 2025 – Atualiza o Decreto nº 11.740/2023 com novas diretrizes para execução da Política Nacional Aldir Blanc;
- Lei nº 15.132, de 30 de abril de 2025 – Torna a Política Nacional Aldir Blanc permanente, estendendo o prazo de execução dos R\$ 15 bilhões originalmente previstos;
- Portaria MinC nº 206, de 13 de maio de 2025 - Estabelece diretrizes complementares para a aplicação dos recursos destinados à PNCV, no ciclo 2 da Aldir Blanc;
- Portaria SCDC/MinC nº 2, de 9 de junho de 2025, designa os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora da 6ª Teia Nacional;
- **Lançamento da 6ª Teia Nacional: Pontos de Cultura pela Justiça Climática, na Aldeia Caieiras Velha, em Aracruz, no dia 15 de julho;**
- A CNPdc publica o Regimento do V Fórum Nacional de Pontos de Cultura, em 5 de setembro;
- Realização de 10 Teias/fóruns estaduais e 1 distrital como preparação para a 6ª Teia.



Foto:Tarcisio Boquady/MinC

2026



- Lançamento do Edital de Seleção de Participantes da 6ª Teia, em 16 de janeiro;
- **Realização de 16 Teias/fóruns estaduais, com a Teia Piauí (foto) encerrando o ciclo das etapas preparatórias**
- Cultura Viva conquista cadeira no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC);
- 6ª Teia Nacional - Pontos de Cultura pela Justiça Climática, em Aracruz (ES), de 19 a 24 de maio.

Foto: Anna Júlia Melo

2.3 A VINCULAÇÃO COM A POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

A Política Nacional de Cultura Viva, após 20 anos de história, ganhou maior estabilidade e capilaridade territorial com os investimentos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, que foi instituída pela Lei nº 14.399/2022 e vem impactando a vida de milhares de comunidades.

Em 2023, a PNCV conquistou um piso de investimento anual superior a R\$ 400 milhões – 12,9% do valor global de R\$3 bilhões –, repassado pelo governo federal, via Política Nacional Aldir Blanc, para apoiar projetos culturais nos municípios, estados e Distrito Federal.

Pelas regras, os municípios beneficiados com mais de R\$ 360 mil devem destinar, no mínimo, 25% desse valor para a Cultura Viva, enquanto os 26 estados e o Distrito Federal devem investir ao menos 10% do valor recebido.

Diferentemente das ações da Lei Aldir Blanc 1 e da Lei Paulo Gustavo (LPG), que tinham caráter emergencial, projetos e programas que integram a Política Nacional Aldir Blanc recebem investimentos regulares.

Os recursos da Aldir Blanc podem ser direcionados a editais de fomento ou realização de ações diretas pelos entes federativos, como festejos e festas populares, aquisição de bens culturais, construção e manutenção de espaços culturais, entre outras possibilidades de ações e atividades destinadas a promover a cultura local.

Em 2025, municípios, estados e DF puderam, inclusive, destinar parte dos recursos da Cultura Viva na Aldir Blanc para suas Teias e Fóruns de Pontos de Cultura. Os valores podiam ser usados tanto na realização dos eventos quanto para apoiar a participação de integrantes de pontos e pontões de cultura. O percentual máximo aplicável a essa linha de ação era de até 10% do valor recebido. Além disso, os entes deveriam investir, ao menos, 25% com recursos próprios.

CICLO I

O Ciclo 1 da Política Nacional Aldir Blanc compreende os recursos federais repassados a estados e municípios entre 2023 e 2024. A execução beneficiou mais de 12 mil pontos e pontões de cultura em todo o Brasil, com investimento de mais de R\$450 milhões, alcançando 1.296 municípios – a adesão supera os 696 municípios com obrigatoriedade.

CICLO I - ALDIR BLANC + PNCV

MUNICÍPIOS OBRIGADOS A INVESTIR 25%	696 MUNICÍPIOS
PERCENTUAL OBRIGATÓRIO	25% DOS MUNICÍPIOS ACIMA DE R\$ 360 MIL (MUNICÍPIOS) / 10% (ESTADOS/DF)
VALOR MÍNIMO PREVISTO PARA CULTURA VIVA	R\$ 388 MILHÕES
VALOR TOTAL EFETIVAMENTE INVESTIDO	> R\$ 450 MILHÕES
MUNICÍPIOS QUE INVESTIRAM VOLUNTARIAMENTE	600 MUNICÍPIOS
TOTAL DE MUNICÍPIOS COM INVESTIMENTO NA PNCV	1.296 MUNICÍPIOS

CICLO II

DADOS DA CULTURA VIVA
NA ALDIR BLANC

O Ciclo 2 da Política Nacional Aldir Blanc, referente a 2025, consolida o fomento à cultura como política permanente, com o repasse de até R\$ 3 bilhões da União a estados e municípios. Focado na descentralização, o ciclo visa financiar projetos e espaços culturais e fortalecer o Sistema Nacional de Cultura.

CICLO II - ALDIR BLANC + PNCV

MUNICÍPIOS COM OBRIGATORIEDADE	692
VALOR TOTAL DOS 25% MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS (MUNICÍPIOS)	R\$ 249.696.665,42
TOTAL DE MUNICÍPIOS COM INVESTIMENTOS NA PNCV	922
VALOR TOTAL INVESTIDO PELOS MUNICÍPIOS NA PNCV	R\$ 256.020.000,00
ESTADOS – 10% MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS NA PNCV	R\$ 150.000.000,00
ESTADOS – TOTAL INVESTIDO NA ALDIR BLANC	R\$ 157.090.000,00
TOTAL DA PNCV NA ALDIR BLANC	R\$ 413.110.000,00

Obs: A redução ocorre porque dois estados não concluíram o Ciclo I: Roraima e Mato Grosso.

Fonte: Painel de Dados da
Política Nacional Aldir Blanc de
Fomento à Cultura



AGENTES CULTURA VIVA CICLO II - ALDIR BLANC

AGENTES CULTURA VIVA	535
PONTÕES DE CULTURA	107
AGENTES CULTURA VIVA ESTADUAIS/DISTRITAL	370
PONTÕES DE CULTURA MUNICIPAIS/DISTRITAL	74
AGENTES CULTURA VIVA MUNICIPAIS/DISTRITAL	165
PONTÕES DE CULTURA MUNICIPAIS/DISTRITAL	33
ESTADOS/DISTRITO FEDERAL COM PONTÕES DE CULTURA	27
MUNICÍPIOS COM PONTÕES DE CULTURA	18

Dados de 16/12/2025 - Fonte: Painel de Dados PNAB

3. TEIAS ESTADUAIS E DISTRITAL: PREPARAÇÃO PARA A ETAPA NACIONAL

A Teia nacional, em seu processo de construção, é antecedida por fóruns e Teias promovidos nos estados e no Distrito Federal. Em 15 de julho de 2025, quando foi anunciado o local de realização da 6ª Teia, em uma cerimônia na Aldeia Caieiras Velha, a ministra Margareth Menezes fez um chamado aos municípios, estados e Distrito Federal para a efetivação de suas Teias como preparação para a etapa nacional.

A rede do Amapá já tinha organizado seu encontro antes mesmo do anúncio oficial da 6ª Teia, reunindo pontos e pontões de cultura do estado na Teia Re-conecta 2025, em janeiro, na cidade de Mazagão. Entre setembro de 2025 e março de 2026, outros 25 estados e o Distrito Federal realizaram seus eventos: alguns deles foram organizados em formato de Teia e Fórum Estadual de Pontos de Cultura, outros só como fórum.

A Teia abriga os fóruns, que são espaços de articulação da Política Nacional de Cultura Viva. A Teia é um grande encontro de celebração e intercâmbio, focado em apresentações artísticas e troca de experiências, para o fortalecimento da Rede de Pontos de Cultura. Já o fórum é o espaço de debates, deliberação, proposição de diretrizes e pactuação para a PNCV, bem como discussões de outras pautas pertinentes. Geralmente são concomitantes, mas podem ocorrer de forma separada.

3.1 AGENDA DE TEIAS E FÓRUNS ESTADUAIS

2025 ESTADOS DELEGADOS/AS ELEITOS/AS DELEGADOS/AS NATOS/AS TOTAL

2025	ESTADOS	DELEGADOS/AS ELEITOS/AS	DELEGADOS/AS NATOS/AS	TOTAL
24 E 25/01	AMAPÁ	29	1	30
04 A 7/09	GOIÁS	30	1	31
19 E 20/11	RORAIMA	21	1	22
20 A 23/11	CEARÁ	30	2	32
21 E 22/11	DISTRITO FEDERAL	30	1	31
08 A 10/12	MATO GROSSO	30	1	31
09 A 11/12	ALAGOAS	30	1	31
10 A 13/12	PERNAMBUCO	30	2	32
11 E 12/12	MARANHÃO	30	1	31
12 A 14/12	TOCANTINS	30	3	33
13 E 14/12	MINAS GERAIS	30	2	32

2025	ESTADOS	DELEGADOS/AS ELEITOS/AS	DELEGADOS/AS NATOS/AS	TOTAL
16 A 18/01	PARÁ	30	2	32
27 A 30/01	AMAZONAS	30	1	31
30 E 31/01	MATO GROSSO DO SUL	30	1	31
30 E 31/01	SERGIPE	30	2	32
30/01 A 1/02	PARANÁ	30	1	31
05 A 07/02	ACRE	30	1	31
07 E 08/02	RIO GRANDE DO SUL	30	4	34
23 A 28/02	RIO DE JANEIRO	30	5	35
24 E 25/02	SANTA CATARINA	30	1	31
26/02 A 01/03	RONDÔNIA	23	2	25
26 E 27/02	RIO GRANDE DO NORTE	30	1	31
26 A 28/02	PARAÍBA	30	2	32
26/02 A 01/03	SÃO PAULO	30	5	35
27/02 A 01/03	ESPÍRITO SANTO	30	1	31
28/02 A 01/03	BAHIA	30	3	33
13 A 15/03	PIAUI	30	1	31
	TOTAL	793	49	842

3.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INSTÂNCIAS REPRESENTATIVAS

Conforme determinado pelo Ministério da Cultura, os fóruns e Teias apoiados com recursos da Política Nacional Aldir Blanc devem ser construídos em gestão participativa e compartilhada com as redes municipais e estaduais de pontos de cultura e suas representações, vinculadas e legitimadas pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura. É a CNPdc quem organiza o V Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e define seu regimento.

Em sua maioria, os encontros foram organizados pelas secretarias estaduais de Cultura, em parceria com pontões e/ou pontos de cultura, e com o apoio das prefeituras dos municípios que os sediaram. Um importante registro é que 13 fóruns estaduais foram realizados fora das capitais (Acre, Goiás, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Paraíba, Rondônia, São Paulo, Espírito Santo e Bahia).

Cada unidade da federação deveria eleger até 30 delegados e delegadas para representar a sua rede no V Fórum Nacional, garantindo que as vagas fossem preenchidas por no mínimo 50% de mulheres (15 vagas) e 8% de pessoas LGBTQPN+ (2 vagas). Além de preencher esse critério de diversidade, a lista deveria contemplar um mínimo de 20% de pessoas negras (6 vagas); 10% de pessoas de povos indígenas (3 vagas); 10% de pessoas com deficiência (3 vagas); 10% de jovens (15 a 29 anos), e 10% de pessoas acima de 60 anos (3 vagas). As cotas poderiam se interseccionar. As vagas que não fossem preenchidas poderiam ser remanejadas para a ampla participação.

3.3 EIXOS TEMÁTICOS

Em todos os fóruns promovidos entre janeiro de 2025 e março de 2026, foram eleitas as delegações que representam seus estados (e o Distrito Federal) na etapa nacional, no Espírito Santo, e discutidos os eixos temáticos propostos pelo MinC e a CNPdC para a 6ª Teia e o V Fórum Nacional de Pontos de Cultura, que se realizam de forma colaborativa em Aracruz.

Além de debater o tema central, “Pontos de Cultura pela Justiça Climática”, as pessoas participantes dos fóruns se distribuíram em grupos de trabalho (GTs), em torno de três eixos: Plano Nacional de Cultura Viva para os próximos 10 anos; Governança da Política Nacional de Cultura Viva; Cultura Viva, Trabalho e Sustentabilidade da Criação Artística.

Em quase todos os fóruns estaduais que se realizaram pelo país, os grupos de trabalho elaboraram três propostas de ação para cada um dos três eixos temáticos e uma proposta para o tema central. Essas propostas foram aprovadas em plenária para serem apresentadas no V Fórum Nacional.

4. COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) – que organiza o V Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e define seu regimento – é um colegiado autônomo, de caráter representativo, instituído por iniciativa dos próprios pontos de cultura. É a principal instância de participação, representação e mobilização da Rede Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. A articulação se dá por meio de reuniões (presenciais e virtuais), grupos de mensagens, subcomissões e grupos de trabalho.

A CNPdC mantém permanente diálogo com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC) e está presente no Comitê Gestor do Cadastro, ativado por meio da Portaria SCDC/MinC nº 5, de 11 de junho de 2024, e na Comissão de Certificação de Pontos de Cultura. A Instrução Normativa que regulamenta a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura é a IN MinC nº 8/2016.

Seus 49 membros – os chamados “delegados natos” – se dividem em duas categorias: 27 representantes dos grupos de trabalho (GTs) estaduais e do Distrito Federal, e 22 representantes dos GTs temáticos (Ação Griô, Acessibilidade, Amazônico, Audiovisual, Circo, Comunicação/Rádio Comunitária, Cultura Digital, Cultura e Arte Negra, Cultura Popular, Dança, Gênero, Hip Hop, Indígenas, Integração Latino-americana, Legislação, Matriz Africana, Música, Patrimônio Imaterial e Tradicional, Rurais, Pontões e Redes, Sustentabilidade e Teatro).

Os 27 representantes dos GTs estaduais e do Distrito Federal são indicados pelos fóruns estaduais/distrital. Já aquelas 22 pessoas que representam os GTs temáticos são eleitas no Fórum Nacional de Pontos de Cultura. Além do pleno de 49 membros, existe uma Executiva composta por sete integrantes, que contribuem para a organização da agenda e demandas de atividades da comissão.

A CNPdC não efetiva sua renovação desde a 5ª Teia Nacional, realizada em Natal, em maio de 2014. A 6ª Teia é um momento importante para renovar e aperfeiçoar essa institucionalidade, com a eleição da nova Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Para conhecer as delegações eleitas e as propostas aprovadas em cada fórum estadual e distrital, como planos de ações para os eixos temáticos, acesse aqui.



5. OBJETIVOS E RESULTADOS DA 6ª TEIA NACIONAL – PONTOS DE CULTURA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

A Cultura Viva é a maior rede comunitária de educação popular, cidadania e diversidade cultural do país. Valorizada e fomentada pelo Estado, numa verdadeira parceria público-comunitária, tem um papel estratégico na construção de um Brasil justo, soberano e sustentável.

A Teia é um espaço de participação, conexão de redes e de celebração da trajetória e dos resultados da Política Nacional de Cultura Viva que abriga quatro grandes encontros nacionais: o V Fórum Nacional de Pontos de Cultura; o II Fórum Nacional de Gestores e Gestoras da Política Nacional de Cultura Viva; o III Encontro Nacional de Pontões de Cultura e o I Encontro Nacional de Agentes de Cultura Viva.

Os fóruns e encontros abrigam espaços de escuta, diálogo e construção coletiva entre poder público e sociedade civil, reunindo representantes de pontos e pontões de cultura, de todos os entes federativos, com o objetivo de compartilhar experiências e fortalecer a pactuação em prol da PNCV.

A 6ª Teia Nacional – Pontos de Cultura pela Justiça Climática tem como objetivo geral ver a Política Nacional de Cultura Viva fortalecida, efetivando direitos culturais em todo o país, com gestão compartilhada e participativa e contribuindo para o desenvolvimento sustentável com inclusão e justiça climática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- *Fortalecimento da participação social com o V Fórum Nacional de Pontos de Cultura, com a renovação das Comissões de Pontos de Cultura – municipais, estaduais, distrital e nacional;*
- *Aperfeiçoamento da gestão compartilhada com a realização do II Fórum de Gestores e Gestoras de Cultura Viva;*
- *Articulação da Rede de Pontões de Cultura e da Rede de Agentes Jovens Cultura Viva;*
- *Reconhecimento e valorização dos Mestres e Mestras;*
- *Interconexão de experiências, redes, territórios e políticas públicas, com o aprofundamento das parcerias intersetoriais e federativas, e principalmente da parceria público-comunitária;*
- *Promoção, intercâmbio de conhecimentos, fruição artística, cultural e estética da cultura nacional.*

RESULTADOS

Pactuação Cultura Viva 2026-2036 - Pacto Nacional pelos direitos culturais, pela diversidade, pela democracia e pela Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

Balanço de 22 anos da Cultura Viva (2004-2026) sob o conceito de “pensar o passado, projetar futuro”. Diretrizes da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) como uma política de Estado e pactuações federativas e estratégicas para 2026-2036.

Carta Aracruz 6ª Teia Nacional - Pontos de Cultura pela Justiça Climática: “Direitos Culturais, Bem Viver e Justiça Climática”.

Fruto do debate cultura e clima, presente em toda a programação, um compromisso que visa favorecer a criação e o empoderamento das redes e a efetividade das políticas públicas culturais em diferentes instâncias e territórios, com destaque para a PNCV. Uma Carta que posicione a cultura como campo essencial para o alcance dos ODS e para o desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social, de interação com as comunidades e territórios na busca de soluções para a crise do clima.

6. PROGRAMAÇÃO DA 6ª TEIA: UM ESPAÇO DE ENCONTROS, REFLEXÕES E PACTUAÇÕES

A 6ª Teia Nacional é um tempo-espaço de encontros, vivências, reflexões e compartilhamento de saberes e de pactuação pela efetivação dos direitos culturais. Um local para ouvir histórias, conhecimentos e experiências de lideranças, grupos, redes e movimentos culturais de base comunitária, em especial, os pontos de cultura; discutir avanços, conquistas, limites e desafios da Política Nacional de Cultura Viva e suas interfaces com o conjunto das políticas culturais e outras políticas públicas, com a cooperação ibero-americana, e pensar na construção de estratégias e pactuações para os próximos 10 anos.

6.1 MOMENTOS DE CONFLUÊNCIA E GRANDES ENCONTROS NACIONAIS

Ao realizar este que é o principal encontro da Política Nacional de Cultura Viva, integrando a rede de ponteiros/as, gestores/as e parceiros em Aracruz (ES), o Ministério da Cultura reafirma que a cultura é eixo estruturante das transformações sociais necessárias à construção de um futuro sustentável, solidário e justo no Brasil e no mundo.

Algumas atividades da agenda estão dedicadas à elaboração, por parte da Comissão Organizadora, dos textos-base dos dois documentos finais da 6ª Teia Nacional – Pontos de Cultura pela Justiça Climática, com dois importantes momentos de confluência:

1. *Na Plenária Cultura Viva, no dia 22 de maio, será discutida a Pactuação Cultura Viva 2026-2036 - Pacto Nacional pelos direitos culturais, pela diversidade, pela democracia e pela Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura.*
2. *Na Grande Roda Direitos Culturais, Bem Viver e Justiça Climática, no dia 22, será aclamada a Carta de Aracruz.*

A programação da Teia é plural e reúne mais de 30 atividades institucionais, que fortalecem o diálogo e a articulação em rede, ao lado de 80 atividades formativas que pulsam como espaços de troca, aprendizado e construção coletiva.

A SEGUIR, ALGUNS DOS DESTAQUES DAS MAIS DE 200 ATIVIDADES DA PROGRAMAÇÃO.

- **SOLENIDADE COM AUTORIDADES E CORTEJO DE ENCERRAMENTO 21 DE MAIO - DIA MUNDIAL DA DIVERSIDADE CULTURAL PARA O DIÁLOGO E O DESENVOLVIMENTO**
- **GRANDES ENCONTROS NACIONAIS - DIAS 19 E 20 DE MAIO**
 - *V Fórum Nacional de Pontos de Cultura*
 - *II Fórum Nacional de Gestoras e Gestores da Cultura Viva*
 - *III Encontro Nacional de Pontões de Cultura*
 - *I Encontro Nacional de Agentes de Cultura Viva*



ENCONTROS E SEMINÁRIOS SETORIAIS E TEMÁTICOS - 21 A 24 DE MAIO

- Encontro da Rede Educativa Cultura Viva e Ações de Cooperação;
- Roda de Conversa "Patrimônio Arqueológico do Espírito Santo";
- Mesa "Economia Viva - Criativa, Popular e Solidária";
- Roda de Conversa "Pontos de Memória, Sustentabilidade e Justiça Climática";
- Roda de Conversa "Patrimônio Cultural Imaterial e Mudanças Climáticas (desafios, riscos e estratégias de proteção)";
- "Roda de Diálogo Biblioteca Comunitária é Cultura Viva (Biblioteca Comunitária)";
- Encontro "Pontos de Memória: Tenda da Memória";
- Seminário "Permacultura Digital: cultura digital, viva e soberana";
- **Cultura Viva no Brasil das Artes;**
- **Conexões Vivas: Sabores do Território e Saberes Alimentares;**
- **Encontro Internacional Cultura Infância e Natureza: Agir pelo Planeta;**
- Mesa "Cultura Viva - Política de Base Comunitária do SNC (PNC, SNIIC, CNPC, Pactuação Federativa, Fomento/PNAB, Ações Afirmativas, Instrumentos Legais e Normativos)";
- Roda de Conversa "Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e Plano Nacional de Cultura Viva (PNCV)";
- Seminário "Cultura Viva Comunitária: Uma Escola Latino-Americana de Políticas Culturais";
- Painel: **Conhecimentos Tradicionais e Soluções Climáticas;**
- **Reflorestamento do imaginário e o sistema de monocultura;**
- **Rotas Negras: Caminhos do Afroturismo nos Territórios de Cultura Viva;**
- **Audiovisual em Teia: Projetando um Brasil diverso nas telas;**
- **Minha sede, minha vida! - Pensar a infraestrutura de Pontos e Pontões de Cultura como exercício da cidadania cultural;**
- **Painel de lançamento da Campanha Cultura é Mais Saúde;**
- **Conexões Vivas: Cultura dos Povos de Matriz Africana: Participação e Representação Social;**
- **Encontro de trocas de saberes e práticas pedagógicas com Escolas Livres;**
- Roda de conversa: **Fortalecendo Ações Intersetoriais entre Saúde Mental e Cultura;**
- **Sesión plenaria Laboratorio Nómada (híbrida);**
- **Conexões Vivas: Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares;**
- Roda de conversa **Culturas Urbanas: Hip-Hop é Cultura Viva;**
- **3 encontros institucionais do Grupo de Trabalho para construção do Plano Nacional das Culturas dos Povos Indígenas – PNCPI.**



6.2 UMA PROGRAMAÇÃO CONSTRUÍDA A PARTIR DE UM CHAMAMENTO PÚBLICO

Para mobilizar fazedores de cultura de todas as regiões do país a participarem do maior evento da Política Nacional de Cultura Viva, formando um grande mosaico da diversidade cultural brasileira em Aracruz, o Ministério da Cultura e o Instituto Federal do Espírito Santo lançaram, em 16 de janeiro, o Edital de Programação da 6ª Teia Nacional.

As 197 vagas previstas no chamamento público foram preenchidas, correspondendo a oito categorias: Artes cênicas, música e/ou manifestações das culturas tradicionais e populares; Artes visuais; Audiovisual; Feira de Economia Criativa e Solidária; Vivências de mestras e mestres; Reflexão, formação e debate; Experiências do bem viver e Comunicação colaborativa.

A curadoria deste edital buscou construir uma programação com o encantamento do rico universo de tecedores da cultura nacional, com a intenção de inspirar reflexões, promover encontros e articular experiências e redes, fortalecendo os meios e os caminhos que reconhecem a cultura como dimensão estratégica da promoção da justiça social, do desenvolvimento sustentável e do bem viver.

As propostas selecionadas foram contempladas com apoio financeiro, transporte, despacho de bagagem e equipamentos, hospedagem, alimentação, traslado em Aracruz e infraestrutura necessária às apresentações, de acordo com a categoria e a capacidade do evento.

ATIVIDADES PROGRAMADAS VIA EDITAL:

- 27 atividades de reflexão, formação e debates (1 por UF);
- 27 vivências de mestres e mestras das culturas tradicionais e populares (1 por UF);
- 10 apresentações de experiências do bem viver (2 por região);
- 39 apresentações musicais que percorrem diferentes ritmos e territórios do país;
- 7 apresentações cênicas que trazem à cena narrativas potentes e diversas;
- 11 exposições/obras de artes visuais;
- 9 sessões de mostra audiovisual, com rodas de conversa e a exibição de 20 curtas-metragens e 1 longa-metragem;
- 2 desfiles celebrando a estética, a identidade e a diversidade da moda brasileira.
- 27 integrantes para cobertura colaborativa de registro e difusão da Teia

Participação de representantes dos povos Tupinikim e Guarani de Aracruz (ES) Atividades distribuídas em aldeias, espaços de convivência e territórios tradicionais do município

- 2 atividades de imersão cultural nos territórios indígenas;
- 2 ações de etnoturismo e vivências comunitárias;
- 2 vivências/exposições no Território Teia – Aldeia Comboios;
- 1 noite cultural dedicada às expressões artísticas indígenas;
- 1 vivência do GT Indígena;
- 2 ações de valorização da Cultura Tupinikim do Espírito Santo;
- 1 atividade audiovisual e de memória: Quanto vale a vida? Ressignificando a lama;
- 1 lançamento/apresentação de material formativo indígena: Caderno para Formação de Professor Indígena – HUHURIDE DENI.



Confira a programação completa no site da Teia

7. PITEL, O SÍMBOLO DA TEIA: UM BEIJA-FLORES INSPIRADO NAS XILOGRAVURAS DO CORDEL

No centro da identidade visual da 6ª Teia Nacional – Pontos de Cultura pela Justiça Climática está o pássaro-símbolo do Espírito Santo: o beija-flor-de-orelha-violeta (*Colibri serrirostris*). Sua presença carrega uma mensagem de conexão, regeneração e esperança.

Por que um beija-flor? Porque, ao polinizar, o beija-flor sustenta ciclos e garante continuidade à vida. A simbologia é que, como o beija-flor, os agentes culturais também polinizam a vida nas comunidades e o bem viver.

Na cosmologia Guarani, o colibri é um pássaro sagrado, um elo vital entre o divino e o terreno. De acordo com o Ayyu Rapyta (compilação de mitos orais dos mbyá-guaranis feita pelo antropólogo paraguaio León Cadogan), o colibri (*Maino'i*) é um dos primeiros seres a aparecer no universo. Ele é visto como uma manifestação direta ou mensageiro de Tupã (ou Ñande Ru), o deus criador.



Foto: Norton Defeis

NOSSA RELEITURA: O PITEL

Pitel, o beija-flor da 6ª Teia Nacional, é inspirado nas xilogravuras do cordel e nos “santinhos” do artesanato popular. Sua composição valoriza elementos que expressam identidade, memória e pertencimento. A cauda em fitilhos remete às fitas de devoção – sinais de fé, promessa e esperança. Na Teia, esses fitilhos representam os sonhos, os compromissos e os caminhos compartilhados por quem constrói, diariamente, as redes da Cultura Viva.



CORDEL



A partir de seus traços, traz uma conexão com as xilogravuras das literaturas de Cordel.

RESPLENDOR



O resplendor, muito presente na arte sacra popular, é um elemento visual que simboliza luz, força espiritual e irradiação.

CAUDA DE FITILHOS



Inspiração nos fitilhos dos Santos que evocam promessas, fé e esperança.

OS 18 PERSONAGENS DA IDENTIDADE VISUAL

Os personagens da identidade visual da Teia, ao todo 18, representam a diversidade de expressões culturais presentes em todo o país, valorizando diferentes saberes, tradições e formas de vida dos territórios brasileiros. Alguns deles dialogam diretamente com o contexto local de Aracruz e do Espírito Santo, como a Baleia-jubarte, o Siri/Caranguejo, o Guerreiro Indígena, a Rainha do Congo, o Mascarado da Folia de Reis, o Mestre do Ticumbi, a Paneleira de Barro e o João Bananeira. Também integram a lista de personagens o Violeiro de Cocho, a Menina da Dança de Fitas, a Benzedeira, a Dançarina e o Músico PCD, o Boi-Bumbá, o Dançarino de Hip-Hop, os Dançarinos de Forró, o Casal LGBTQIA+ e o Menino Indígena.

8. O TERRITÓRIO DA 6ª TEIA: ARACRUZ, DESERTO VERDE E JUSTIÇA CLIMÁTICA

A 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura acontece em Aracruz, território diverso, com povos originários, de matriz africana e migrantes. Um município que carrega, em suas águas e em seus corpos, as marcas de um dos processos de devastação ambiental e humana mais emblemáticos do Brasil contemporâneo. É um lugar ferido pelas monoculturas de eucalipto — o chamado “deserto verde” — e pelos desdobramentos do rompimento da barragem da Samarco/Vale-BHP, em Mariana, crime que alterou para sempre a vida de povos indígenas, comunidades pesqueiras, ribeirinhas e quilombolas ao longo do Rio Doce.

Chegar a Aracruz é entrar em um território que nos obriga a olhar para a realidade de frente. O “deserto verde” não é apenas uma expressão técnica da monocultura de eucalipto, mas um símbolo do modelo de desenvolvimento, que não é sustentável para os ciclos da água, que traz perda de biodiversidade e da ruptura de modos de viver baseados no equilíbrio com a Terra. É um modelo que rompe ciclos naturais e fragiliza a vida comunitária.

Ao mesmo tempo, Aracruz é um espaço de resistência. Ali estão os povos Tupinikim e Guarani, que seguem reafirmando território, memória e futuro em meio a séculos de violências, expulsões e retomadas. Estão também comunidades pesqueiras e marisqueiras que convivem diariamente com os impactos do crime de Mariana, que contaminou o Rio Doce, afetou o mar, destruiu ecossistemas e comprometeu a sobrevivência tradicional dessas comunidades. Cada peixe que falta, cada rio que adocece, cada manguezal que morre revela a continuidade da violência da mineração sobre os corpos e sobre a Terra.

É nesse território complexo que a 6ª Teia se realiza. E isso não é um detalhe geográfico: é um chamado ético. Estar em Aracruz é reconhecer que a cultura — como memória, como arte, como tradição, como comunitária — tem o dever de se posicionar frente às desigualdades ambientais e às injustiças que recaem sobre povos que historicamente já enfrentam racismo, colonialidade e marginalização.

A escolha de Aracruz como território da Teia procura entender a Cultura Viva não apenas como política cultural, mas como política de futuro, de vida e de justiça. Porque a crise climática não é uma abstração neste território: ela é visível na água que falta, no solo exausto, na contaminação que persiste, nas vidas interrompidas e nas vidas que resistem, nas crianças que não mais aprendem a nadar e a pescar.

Aqui, justiça climática é reconhecer o direito das comunidades de viverem de forma digna, com água limpa, floresta viva, território íntegro e memórias respeitadas. É entender que a cultura que se defende é inseparável do cuidado com a Terra e com os corpos que nela habitam, e é um campo fértil de construção de novos horizontes.

A 6ª Teia, ao acontecer em Aracruz, torna-se mais do que um encontro nacional: transforma-se em um gesto político de reparação simbólica, memória coletiva e compromisso com os territórios que sustentam a vida. É a oportunidade de afirmar que futuro ancestral não é retórica: é prática. E que o compromisso não é para amanhã — é agora, diante das feridas abertas e das lutas que seguem pulsando nesse chão.

9. ARACRUZ, UMA CIDADE MARCADA PELA DIVERSIDADE E PELA RESILIÊNCIA

Aracruz é uma cidade singular, marcada pelas paisagens naturais e pela diversidade cultural. Localizada no litoral norte do Espírito Santo, é a terra dos mares, da rota das baleias, do ecoturismo, do turismo de aventura, com trilhas e rapel. É o município capixaba com a maior população indígena vivendo em aldeias, com as etnias Tupinikim e Guarani. E também uma cidade com forte influência de matriz africana e da imigração italiana.

São 47 km de praias, coqueirais e manguezais. E parques naturais municipais, unidades de conservação marinhas, reserva biológica, reservas indígenas, reserva de desenvolvimento sustentável municipal, tartarugas marinhas, artesanato indígena, festas religiosas e populares, roteiros turísticos em propriedades rurais, lagoas e rios.

A Aldeia Piraquê-Açu (“peixe grande” em guarani), por exemplo, conserva suas tradições e oficializou o Plano de Visitação para Etnoturismo na Aldeia Temática Tekoá Mirim. Além de um entorno de Mata Atlântica, a aldeia oferece roteiros com atividades e vivências indígenas que permitem também contemplar e entender melhor o modo de vida dos povos originários. O município conta com cinco aldeias Guarani (Boa Esperança; Nova Esperança; Olho D’água;

BRASIL INDÍGENA

- **1.693.535 PESSOAS INDÍGENAS NO BRASIL = 0,83% DA POPULAÇÃO TOTAL**
- **53,97% EM ÁREAS URBANAS (IBGE, 2022)**

POVOS INDÍGENAS NO ESTADO

- **O ESPÍRITO SANTO POSSUI UMA POPULAÇÃO INDÍGENA DE 14.410 PESSOAS (0,4% DO TOTAL)**
- **4.663 INDÍGENAS VIVEM EM TERRAS INDÍGENAS (TIS)**
- **OFICIALMENTE DEMARCADAS (32,4% DO TOTAL DE INDÍGENAS CAPIXABAS)**
- **POVOS: GUARANI, TUPI-GUARANI, TUPINIKIM, PURI, PATAXÓ E KRENAK**

Os povos de matriz africana estão presentes em todo o estado, especialmente na Grande Vitória – há mais de 300 casas registradas em Vila Velha. A presença dessas religiões ajuda a preservar a memória e a história capixaba, a enfrentar o preconceito e fortalecer a identidade afro-brasileira.

Próximo a Aracruz existem comunidades quilombolas, que também atuam na proteção da biodiversidade e da cultura ancestral. No Brasil, 1,3 milhão de pessoas se autodeclararam quilombolas.

QUILOMBOS NO BRASIL

- **ESPAÇOS HISTÓRICOS DE RESISTÊNCIA, FORMADOS A PARTIR DO SÉCULO XVI. A PALAVRA “QUILOMBO” VEM DO BANTO E SIGNIFICA “POVOAÇÃO” OU ACAMPAMENTO DE GUERREIROS**
- **3.361 QUILOMBOS RECONHECIDOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, EM 24 ESTADOS (ATÉ 23/01/2026)**

QUILOMBOS NO ESPÍRITO SANTO

- **15.659 PESSOAS QUILOMBOLAS HABITAM O ESPÍRITO SANTO**
- **2.793 PESSOAS MORAM EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS**
- **26 MUNICÍPIOS CAPIXABAS POSSUEM POPULAÇÃO QUILOMBOLA**

9.1 PONTOS DE CULTURA E O CONGO CAPIXABA

Em maio de 2026, Aracruz contava com 37 entidades e coletivos no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Um exemplo desses pontos certificados pelo Ministério de Cultura é o Instituto Nós Mulheres, que mantém viva a tradição da casaca, instrumento típico das bandas de congo capixaba. Esta organização fundada em 2013, com sede na comunidade de Itaparica, atua na promoção da economia criativa por meio de oficinas de capacitação, atividades culturais e incentivo ao artesanato local.

Ao longo dos anos, o Instituto Nós Mulheres tem se consolidado como um espaço de fortalecimento comunitário, estimulando a autonomia das mulheres e o desenvolvimento sustentável através de práticas inclusivas, colaborativas e transformadoras.

O Nós Mulheres conta com uma linha de artesanato com peças feitas de madeira reaproveitada do manguezal e fibra de taboa. Essa coleção, que ganhou o nome de Brotar, busca unir tradição (o congo capixaba), sustentabilidade ambiental e geração de renda para mulheres artesãs. Saiba mais

CONGO CAPIXABA

- **PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESPÍRITO SANTO (IPHAN, 2014)**
- **59 BANDAS EM TERRITÓRIO CAPIXABA (IPHAN, 2022)**
- **PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA AFRO DIASPÓRICAS**
- **ESPAÇO DE SOCIABILIDADE COMUNITÁRIA E SÍMBOLO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO**
- **FESTIVIDADES DAS BANDAS DE CONGO: CORTEJOS, DESFILES E RODAS QUE REAFIRMAM SÃO BENEDITO COMO GUIA**

9.2 BANDA DE CONGO SÃO BENEDITO DO ROSÁRIO DE VILA DO RIACHO

Em Aracruz se encontra a banda de congo que é considerada a mais antiga em atividade no Brasil: a Banda de Congo São Benedito do Rosário de Vila do Riacho, fundada no ano de 1798. As histórias contadas por Mestre Antônio e Rainha Astrogilda, passadas há mais de cinco gerações na família Ramos dos Santos, remontam ao século XVI, quando a região do Espírito Santo era habitada pelos tupiniquins, mutuns, tamoios, botocudos, aimorés e goitacazes.

Em 1535, a Vila do Espírito Santo (atualmente, Vila Velha) virou capitania; em 1822, passou a província, e em 1889, a estado. A fixação da vila teria sido marcada por muita luta, pois os nativos não entregaram aos portugueses suas roças e malocas sem resistência.

Para tentar manter as lavouras e a busca por esmeraldas e ouro, colonos e mineradores começaram a substituir o trabalho dos indígenas pelo das pessoas negras escravizadas. Isso fez com que, principalmente na região de Aracruz, na época chamada de Vila Nova, africanos e indígenas vivessem juntos, compartilhando saberes, danças, músicas, instrumentos, adereços, crenças e tradições.

A história que contam é que, em 1798, houve um falso comunicado de libertação de escravos. A notícia, que teria vindo do Ceará para o Espírito Santo, teria sido comemorada por indígenas e africanos, nos engenhos e canaviais, com tambores, casacas, chocalhos, berimbau, danças típicas e músicas que contavam histórias dos povos. Daí viria o ponto de partida desta Banda de Congo que teria se apresentado até para D. Pedro II, em 1860.

Nos dias de hoje, a fincada do mastro da Banda de Congo São Benedito do Rosário marca o auge da festa do santo no distrito da Vila do Riacho, uma das mais tradicionais do município de Aracruz, celebrada em dezembro.

9.3 CORREDOR DA BIODIVERSIDADE

Em 25 de março de 2026, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semam/Aracruz) lançou oficialmente o Corredor de Biodiversidade, iniciativa que reforça o compromisso com a proteção dos ecossistemas e a valorização da riqueza natural da região.

O projeto, coordenado pela Semam e realizado em parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama/ES), tem como principal objetivo conectar áreas verdes e fragmentos de vegetação nativa, com a participação das comunidades locais, formando uma rede ecológica contínua que valoriza a riqueza natural e favorece o deslocamento da fauna, além de contribuir para a preservação da flora local.

Na prática, os corredores ecológicos funcionam como “pontes naturais”, interligando parques, reservas, nascentes e outras áreas de preservação. Essa conectividade é essencial para evitar o isolamento das espécies, garantir o fluxo genético e fortalecer os ecossistemas frente aos impactos das mudanças climáticas e da expansão urbana.

9.4 ACORDO DE REPACTUAÇÃO DO CASO RIO DOCE

Território sensível que ainda sofre as consequências do desastre socioambiental de 2015 – o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG) –, Aracruz é uma das cidades contempladas no Acordo de Repactuação do Caso Rio Doce, homologado em novembro de 2024. Esse acordo modifica o sistema de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem controlada pela empresa Samarco, ocorrido em 5 de novembro de 2015.

Com a repactuação, a Samarco (Vale/BHP) cumprirá um cronograma de pagamentos ao longo de 20 anos, com repasse total de aproximadamente R\$ 100 bilhões, garantindo o custeio das políticas públicas voltadas à reparação.

O acordo prevê medidas de retomada e estímulo econômico, incluindo projetos das comunidades; recuperação ambiental; programa de transferência de renda para pescadores e agricultores; reestruturação do setor da pesca; medidas de saúde coletiva e assistência social; saneamento básico; fundo voltado a indígenas, povos e comunidades tradicionais, entre outras ações. A área da cultura se apresenta como um novo eixo no atual escopo da repactuação.

9.5 PROGRAMA CIDADES VERDES RESILIENTES/ ADAPTACIDADES

Aracruz também foi um dos 50 municípios selecionados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para integrar a primeira fase do Programa Cidades Modelos Verdes Resilientes. A iniciativa, vinculada ao Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR), prevê a estruturação de 100 projetos (2 por município) voltados à mitigação e adaptação dos municípios para o enfrentamento da mudança do clima.



Cada cidade conta com suporte técnico para desenvolver duas ações climáticas de grande impacto: uma voltada à mitigação, com o objetivo de reduzir as emissões responsáveis pela crise climática, e outra focada na adaptação, permitindo que os municípios se preparem e respondam melhor aos desafios impostos pelos efeitos da crise climática.

O programa é conduzido em parceria com o AdaptaCidades, outra iniciativa do Programa Cidades Verdes Resilientes, coordenada pelo MMA, com apoio dos Ministérios de Cidades e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Implementado em parceria com a agência alemã GIZ, o AdaptaCidades apoia 581 municípios brasileiros na elaboração e execução de estratégias de adaptação à mudança do clima, com foco no fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais e no aumento da resiliência urbana frente a eventos extremos.

9.6 REDE IBERCULTURA VIVA DE CIDADES E GOVERNOS LOCAIS

Este ano, a Prefeitura de Aracruz aderiu à Rede IberCultura Viva de Cidades e Governos Locais, iniciativa que busca fortalecer, dar visibilidade e articular políticas culturais de base comunitária nos países ibero-americanos.

Lançada pelo programa IberCultura Viva em maio de 2019, esta rede foi concebida como um espaço de colaboração entre governos municipais e estaduais comprometidos com o desenvolvimento cultural a partir dos territórios. A intenção é promover o intercâmbio de experiências, saberes e estratégias voltadas ao bem viver e à promoção dos direitos culturais, por meio de políticas culturais de base comunitária.

A rede atualmente conta com 35 governos locais de sete países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha e México. Do Brasil, além de Aracruz, participam os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Niterói e São Carlos, e os estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Cada governo contribui com sua perspectiva e compromisso com a cultura comunitária, enriquecendo a construção coletiva de políticas públicas mais inclusivas e participativas.

Saiba mais: www.iberculturaviva.org

10. REFERENCIAIS PARA PENSAR A JUSTIÇA CLIMÁTICA

A crescente crise climática que atravessa o planeta não é apenas um problema ambiental. É, antes de tudo, um problema de desigualdade, de racismo e de poder. As populações que mais protegem a Terra — povos e comunidades tradicionais, coletividades negras, indígenas, ribeirinhas, periféricas e quilombolas — são também as que mais sofrem com sua exploração, com a devastação de seus territórios e com a precarização de suas condições de vida.

O conceito de justiça climática tem origem nas lutas por justiça ambiental, formuladas pelos movimentos negros nos Estados Unidos, na década de 1980, quando denunciaram que aterros sanitários e indústrias poluentes eram instalados de forma desproporcional em áreas habitadas majoritariamente por populações negras e por comunidades de baixa renda. Esse momento ficou conhecido como o “marco zero do movimento por justiça ambiental”.


O químico e reverendo Benjamin Chavis, liderança do movimento pelos direitos civis das pessoas e comunidades negras nos Estados Unidos, cunhou a expressão racismo ambiental para descrever essas iniquidades.

Com o tempo, o conceito foi sendo ampliado e, atualmente, abrange as injustiças sociais e ambientais que afetam de forma mais intensa grupos étnicos vulnerabilizados ou discriminados por sua origem, cor ou condição social. Isso inclui populações negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas e outros coletivos historicamente excluídos.

10.1 O IMPACTO DO RACISMO AMBIENTAL NO COTIDIANO

O racismo ambiental impacta diretamente o cotidiano das pessoas. Em qualquer município, basta observar onde estão instalados os aterros sanitários e qual é o perfil dos moradores ao redor. Não é coincidência que as áreas com maior precariedade na coleta de lixo, no saneamento e no acesso à água tratada sejam aquelas com predominância de pessoas pobres e não brancas.

De modo mais amplo, ao acompanharmos as notícias sobre enchentes, deslizamentos, rompimentos de barragens, contaminações e desmatamento, percebemos que, nesses cenários, o perfil populacional mais atingido se mantém.



Essas desigualdades evidenciam que a crise climática tem cor, classe e território. A destruição ambiental não atinge todas as pessoas da mesma forma: ela seleciona, atinge, desloca e silencia sobretudo aqueles que historicamente vêm sustentando modos de vida mais equilibrados com a natureza.

No Brasil, isso se revela no fato de que comunidades negras e indígenas vivem nas áreas mais expostas à poluição, à falta de saneamento, à escassez de água, às enchentes e a outros desastres agravados pela ação humana. Trata-se de uma continuidade da colonialidade: os mesmos grupos que tiveram seus territórios usurpados no passado são os que mais enfrentam hoje os efeitos da degradação ambiental.

No livro *Monoculturas da Mente: perspectivas globais sobre biodiversidade e biotecnologia*, Vandana Shiva diz que “a crise climática é a forma contemporânea da violência colonial”. A afirmação revela que os impactos ambientais não são distribuídos de maneira aleatória, mas seguem o mesmo mapa histórico da exploração. O colonialismo, que devastou territórios, escravizou povos e impôs modelos econômicos predatórios, continua operando hoje por meio de práticas que concentram riqueza e espalham destruição.


Assim, a mudança climática não é um fenômeno neutro — ela aprofunda desigualdades históricas e reatualiza a lógica de territórios sacrificáveis, onde vidas e culturas continuam sendo tratadas como descartáveis. Compreender a crise climática a partir desse marco é reconhecer que a luta por justiça climática é, inseparavelmente, uma luta antirracista, anticolonial e pela autodeterminação dos povos.

10.2 O TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E POLÍTICA

O pensamento do geógrafo Milton Santos contribui de forma decisiva para compreender o território como construção histórica, social e política. Segundo ele, o território não se reduz à sua dimensão física ou cartográfica: ele é o território usado, vivido e disputado, moldado pelas relações de poder, pelas formas de produção, pelas políticas públicas — ou pela ausência delas — e pelas condições concretas de existência da população.

Ao formular a noção de “território usado”, Milton Santos evidencia que o espaço não é neutro. Ele expressa escolhas políticas, interesses econômicos e projetos de sociedade. É no território que se materializam as desigualdades e que se distribuem — de forma profundamente desigual — os riscos, as oportunidades, as infraestruturas e os direitos.

O território revela quem pode viver com dignidade e quem é sistematicamente empurrado para a precarização. As populações negras, indígenas, periféricas e tradicionais tendem a ocupar os espaços mais expostos à degradação ambiental, à falta de saneamento, à insegurança hídrica, à contaminação e aos impactos extremos das mudanças climáticas. A injustiça climática, portanto, não é apenas um fenômeno ambiental: ela se inscreve no espaço, nos corpos e nas trajetórias coletivas.



Ao afirmar que o território é “o chão mais a identidade”, Milton Santos nos convida a compreender que a luta por justiça climática é também uma luta pelo direito ao território vivido, pelo direito à cidade, aos campos, às florestas, à terra, às águas, à memória e às condições materiais e simbólicas que tornam a vida possível. Defender o território é defender a vida em sua integralidade.

Por isso, não basta proteger o meio ambiente. É preciso transformar as estruturas sociais, econômicas e políticas que produzem injustiças e que colocam populações vulnerabilizadas em riscos permanentes.

10.3 CULTURA E JUSTIÇA CLIMÁTICA

A justiça climática é o nome contemporâneo de uma luta antiga: a luta pela continuidade da vida em sua pluralidade, em sua diversidade e em seus muitos mundos possíveis. Ela não trata apenas de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, mas de transformar as relações humanas com a natureza, de se sentir parte, da relação entre nós mesmos e das cosmovisões. Exige reconhecer que a crise climática é também uma crise civilizatória, resultado de séculos de exploração colonial, racismo, patriarcado e desigualdade.

Assim, a justiça climática ultrapassa a dimensão ambiental e se torna um projeto ético, cosmopolítico e comunitário de reexistência. Questiona o modelo de desenvolvimento baseado no lucro, na exploração ilimitada da natureza e na desumanização de povos e territórios. E afirma o direito coletivo a um planeta habitável, sustentável, com equilíbrio ecológico, reparação histórica e solidariedade entre os povos.

A justiça climática será possível se o futuro for ancestral, se o desenvolvimento for reorientado pelo bem viver e se a cultura — em sua potência viva — continuar sendo território de criação, cuidado, humanidades, transformação, proteção e justiça.

A noção de futuro ancestral integra a cosmopercepção de diversos povos tradicionais ao redor do mundo. Os conhecimentos sobre o cosmograma Bakongo, ensinado pelo antropólogo Bukensi Fu-Kiau (1934-2013), dizem: “Eu estou indo-e-voltando-sendo em torno do centro das forças vitais. Eu sou porque fui e re-fui antes, de tal modo que eu serei e re-serei novamente”. A mesma ideia aparece no pensamento de Baba Paulo Ifatide (1954-2025), quando afirma que “a ancestralidade é a nossa via de identidade histórica; sem ela não sabemos quem somos e nem o que pretendemos ser”.

É olhar para trás sem nostalgia, mas com compromisso: reconhecer que nossos povos já produziram tecnologias de cuidado, de agricultura, de manejo, de espiritualidade e de convivência com o território capazes de sustentar a vida por séculos. A sabedoria ancestral, portanto, não é um retorno ao passado: é um instrumento político para construir o mundo.





10.4 BEM VIVER: UM CONCEITO PRESENTE NAS COSMOVISÕES DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O conceito de “bem viver” (Tekó Porã, em guarani; sumak kawsay, em quíchua; suma qamaña, em aimará) tem sido frequentemente associado às tradições andinas. No entanto, trata-se de um conjunto amplo de princípios e sentidos compartilhados por diversos povos e comunidades tradicionais que historicamente sustentam modos de vida em equilíbrio com o território, com a coletividade e com a natureza.

Diferentes povos, diferentes comunidades, expressam o bem viver com suas próprias palavras, conhecimentos, práticas, tecnologias culturais, fundamentos espirituais e formas de entender o mundo. Trata-se, portanto, de um princípio plural, que não nasce de um único lugar, mas de uma diversidade de experiências históricas e comunitárias.

Entre os povos indígenas do Brasil, o bem viver está na relação de reciprocidade com a terra, na compreensão da natureza como parente, na centralidade da comunidade, nos ciclos de plantio e colheita, na circulação intergeracional dos conhecimentos e na certeza de que a vida só floresce quando há equilíbrio entre seres humanos, não humanos, espíritos e território.

Nas tradições de matriz africana, o bem viver se expressa pela centralidade da coletividade, da ancestralidade, das tecnologias de cuidado com o corpo, com o território e com o sagrado, no equilíbrio entre energias e no respeito à natureza. Está no humanismo relacional do ubuntu, no qual o ser humano não é um indivíduo isolado, mas uma expressão viva de uma rede de relações com outras pessoas, com a comunidade e com a natureza.


Por isso, o bem viver não pode ser entendido como um conceito único, fechado ou homogêneo. Trata-se de uma filosofia enraizada em modos de vida que resistem à colonialidade e oferecem ao mundo caminhos concretos para enfrentar a crise climática.

É, ao mesmo tempo, memória, território, espiritualidade, política e cuidado — e constitui um dos fundamentos mais potentes para a justiça climática e para a construção de futuros possíveis, dignos e coletivos.

10.5 MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E PERIFÉRICAS: A LINHA DE FRENTE

As mulheres indígenas, negras e periféricas estão na linha de frente das lutas por justiça climática porque são elas que, historicamente, sustentam as condições de sobrevivência, de cuidado e de continuidade da vida em seus territórios.

Os impactos da degradação ambiental atravessam seus corpos de forma direta: a falta de água, a insegurança alimentar, o aumento das doenças, a falta de saneamento, a violência decorrente da pobreza e a precarização da vida recaem de modo desproporcional sobre essas mulheres e suas comunidades.



O racismo ambiental, o patriarcado e as desigualdades territoriais estruturam uma realidade na qual as mulheres das periferias urbanas, das aldeias, dos quilombos, dos terreiros e demais comunidades tradicionais enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade — ao mesmo tempo em que produzem múltiplas camadas de resistência.

Elas são responsáveis pela coleta de água, pelo cultivo dos alimentos, pela proteção das crianças e das pessoas idosas, pelo manejo do território, pela preservação das tecnologias tradicionais e pela continuidade das práticas comunitárias que garantem o bem viver.

Ao defenderem seus espaços de vida, essas mulheres reafirmam o papel dos corpos-territórios como resistência, memória e reconstrução do mundo. É por isso que a defesa do território é também a defesa da própria existência.

Reconhecer o protagonismo das mulheres negras, indígenas e periféricas não é apenas uma questão de representatividade: é compreender que a defesa da Terra passa por elas, por suas vozes, suas histórias e suas tecnologias de cuidado. Suas lutas reconstróem mundos, reorientam futuros e afirmam que a justiça climática só será possível quando todos os corpos-territórios puderem viver com dignidade, autonomia e liberdade.

10.6 ARTE, MEMÓRIA E ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

A crise climática é também uma crise de imaginação, de valores e de sentido. Ela resulta da forma como o mundo foi organizado até aqui: a partir da exploração da natureza, da desigualdade entre povos e da separação artificial entre humanidade e ambiente, razão e sensibilidade, ancestralidade e presente.

Por isso, enfrentá-la exige reconstruir nossas formas de sentir, lembrar e imaginar futuro. Como afirma bell hooks, “a arte é um lugar de libertação. É por ela que criamos novas possibilidades de ser e de viver”. Esse entendimento amplia a dimensão da arte como espaço político e como horizonte de transformação.

10.7 O PROTAGONISMO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os povos e comunidades tradicionais guardam em seus modos de vida, conhecimentos, práticas e cosmologias, verdadeiros patrimônios de sustentabilidade. Suas relações com a natureza não se baseiam na ideia de exploração, mas na reciprocidade, no cuidado e no equilíbrio. Por isso, são protagonistas fundamentais no enfrentamento da crise climática. Esses povos e comunidades constroem, no cotidiano, culturas de resistência e regeneração. Suas práticas articulam trabalho, espiritualidade, arte e cuidado com a terra como dimensões inseparáveis da vida.

Em seus territórios, a arte, a espiritualidade, o trabalho e o cuidado formam um só corpo. A arte não se separa da vida: está no canto, na dança, na festa, na oralidade e na presença dos corpos. Essas expressões carregam tecnologias sociais, simbólicas e ecológicas de equilíbrio — tecnologias ancestrais muito anteriores ao conceito moderno de “meio ambiente”.

Pesquisas mostram que os territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais permanecem como as áreas mais preservadas do Brasil. Segundo o MapBiomias (2023), entre 1985 e 2023 as terras indígenas perderam apenas 1% de sua vegetação nativa, enquanto terras privadas perderam 28% no mesmo período.

Estudos recentes demonstram que em Salvador (BA) os territórios tradicionais de matriz africana aparecem como importantes remanescentes de vegetação em áreas densamente ocupadas, funcionando como verdadeiras “ilhas de respiro” climático, pois preservam massas vegetais que contribuem para temperaturas mais amenas, maior permeabilidade do solo e proteção da biodiversidade local — evidenciando que a relação de cuidado ancestral com a natureza se mantém viva mesmo no contexto urbano.

Por outro lado, os efeitos da crise climática — enchentes, secas, queimadas, avanço das monoculturas, contaminação de rios e degradação das florestas — atingem esses modos de vida de forma devastadora. A degradação ambiental destrói não apenas ecossistemas, mas também memórias, práticas culturais, espiritualidades, vínculos comunitários e formas de vida. Por isso, ao pensar em justiça climática, é essencial incluir suas especificidades, seus direitos e suas formas próprias de relação com a Terra.


A Política Nacional de Cultura Viva, ao reconhecer povos e comunidades tradicionais como sujeitos de produção cultural e de cidadania, contribui diretamente para essa agenda.

Nas redes de pontos e pontões de cultura situados em territórios tradicionais, as ações culturais, rodas de conversa, celebrações, produções artísticas, transmissão de conhecimentos, registros de memória, são também formas de fortalecimento da autonomia comunitária e de defesa da vida.

Nesses contextos, a arte não é ornamento: é linguagem de permanência, gesto pedagógico, política de existência e instrumento de reparação. Quando uma comunidade preserva sua memória e sua expressão cultural, ela está reparando o mundo e restaurando relações de equilíbrio entre humanos e natureza.

Assim, a justiça climática, sob a perspectiva dos povos e comunidades tradicionais, é também justiça cultural. É reconhecer que a solução para a crise climática não virá apenas da tecnologia ou das soluções de mercado, mas das sabedorias ancestrais que sempre souberam viver com a Terra, e não contra ela.

Como afirma Davi Kopenawa, “Enquanto eles pensam em progresso, nós pensamos em permanência.” E é na permanência — dos povos, das comunidades, das florestas, dos rios, das águas, das memórias — que se funda a esperança de um futuro ancestral, um futuro possível porque enraizado no respeito à vida em todas as suas formas.



O Brasil reconhece atualmente 29 segmentos de povos e comunidades tradicionais. São eles: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos; e juventude de povos e comunidades tradicionais.

Seus direitos coletivos são protegidos por um marco normativo que inclui a Constituição Federal, a Convenção nº 169 da OIT e o Decreto nº 6.040/2007, responsável por instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse conjunto jurídico reafirma o direito à autodeterminação, ao território e à preservação dos modos de vida tradicionais.

10.8 CULTURA VIVA COMO HORIZONTE DE FUTURO

A Cultura Viva é mais do que uma política cultural: é um horizonte de futuro. É a afirmação de que os caminhos para enfrentar as crises contemporâneas — ambientais, sociais, civilizatórias — brotam dos territórios onde a vida pulsa em sua diversidade.


Ao colocar o território como fundamento pedagógico, a Cultura Viva afirma que o futuro se constrói a partir de cada lugar — do quilombo ao bairro periférico, da aldeia à comunidade urbana. E é nesses lugares que se reinventam práticas de cuidado, autonomia, agroecologia, memória, arte e pertencimento. O futuro, aqui, não é um tempo distante, ele se manifesta nos gestos cotidianos que mantêm a vida em movimento, nos conhecimentos que resistiram à violência colonial e nos modos de viver que não separam existência e natureza.

A Cultura Viva se apresenta como horizonte de futuro porque propõe um outro modo de imaginar o mundo: um mundo que repara, que reconhece e que cuida. Um mundo em que a criatividade é força política, em que a memória é estratégia de permanência, em que o coletivo é fundamento ético. Um mundo onde os sujeitos culturais não são destinatários de políticas, mas protagonistas na construção de uma nova civilização — mais justa, mais plural e ambientalmente responsável.

Cultura Viva é a continuidade das histórias que nos trouxeram até aqui e a reinvenção das possibilidades que ainda não existem. É a certeza de que, enquanto houver comunidades criando, celebrando, transmitindo e protegendo seus modos de vida, haverá futuro. Um futuro tecido pela potência da vida comum, pela imaginação coletiva e pela força dos territórios que insistem em existir.

10.9 CULTURA VIVA E AGENDA 2030

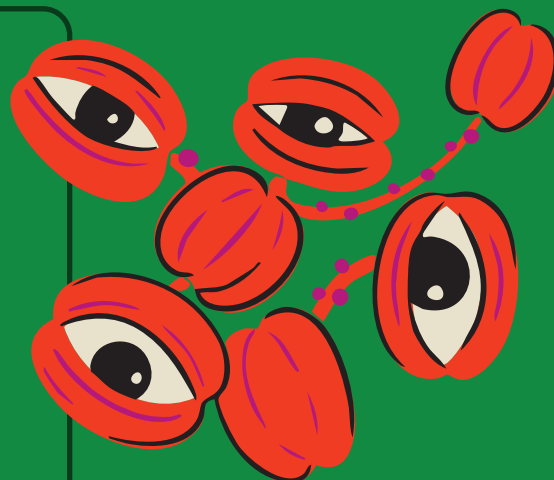
A Política Nacional de Cultura Viva reconhece a cultura como dimensão essencial do desenvolvimento humano e da sustentabilidade. Seus princípios — autonomia, protagonismo social, diversidade cultural, solidariedade, participação e transformação social — dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente aqueles voltados à redução das desigualdades, à promoção da educação de qualidade, à igualdade de gênero, à ação climática e à construção de sociedades pacíficas e inclusivas.



Os pontos e pontões de cultura, enquanto redes de base comunitária, materializam essa convergência entre cultura, sustentabilidade e justiça social. Afirmam o bem viver como horizonte político, cultural e socioambiental, ao fortalecer práticas coletivas, conhecimentos ancestrais e tecnologias sociais e ecológicas de cuidado e regeneração.

NESSE SENTIDO, CONTRIBUEM DIRETAMENTE PARA A PROMOÇÃO DE DIVERSOS ODS, ENTRE ELES:

- ODS 2** - Fome Zero e Agricultura Sustentável.
- ODS 3** - Saúde e Bem-Estar
- ODS 4** - Educação de Qualidade
- ODS 10** - Redução das Desigualdades
- ODS 11** - Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 13** - Ação Contra a Mudança Global do Clima
- ODS 15** - Vida Terrestre
- ODS 16** - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- ODS 17** - Parcerias e Meios de Implementação
- ODS 18** - Igualdade Étnico-racial



Assim, a Cultura Viva se afirma como estratégia de enfrentamento da crise climática e civilizatória, porque efetiva direitos culturais, gera consciência crítica, reforça vínculos comunitários, inspira transformações éticas e estéticas e inova as relações políticas entre Estado e sociedade. É um caminho brasileiro de implementação da Agenda 2030, mostrando que desenvolvimento sustentável é também – e sobretudo – vida com dignidade, memória, pertencimento e continuidade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 compromissos assumidos pela maioria dos países do mundo, que estão reunidos na chamada Agenda 2030 da ONU, acrescidos do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, que foi adotado voluntariamente pelo Brasil. Formam um plano global para construir um futuro melhor, em que todas as pessoas possam viver com dignidade, em paz e em equilíbrio com o planeta.

A IDEIA É QUE ATÉ O ANO DE 2030, GOVERNOS, ORGANIZAÇÕES, COMUNIDADES E CIDADÃOS DEVEM TRABALHAR JUNTOS PARA:

- **ACABAR COM A POBREZA E A FOME,**
- **PROTEGER O MEIO AMBIENTE,**
- **GARANTIR ACESSO À EDUCAÇÃO, SAÚDE E IGUALDADE,**
- **PROMOVER A PAZ, A JUSTIÇA E OS DIREITOS HUMANOS,**
- **ESTIMULAR FORMAS DE VIVER E PRODUZIR QUE RESPEITEM A NATUREZA.**

A Conferência Mondiacult 2025, realizada em Barcelona (Espanha), reafirmou a cultura como um bem público mundial, e pleiteou a inclusão urgente de um ODS específico para a cultura na Agenda pós-2030 da ONU, para além do fortalecimento da cultura no conjunto das metas dos ODS.

Leia a versão completa dos Fundamentos conceituais no site da Teia



11. JUSTIÇA CLIMÁTICA NO NOVO PLANO NACIONAL DE CULTURA

O novo Plano Nacional de Cultura (PNC 2025-2035), enviado ao Congresso em novembro de 2025 e em tramitação em 2026, organiza direitos culturais, garante acesso, valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento econômico da cultura. Com caráter de lei, o plano (PL 5894/2025) orienta políticas por dez anos, integrando União, estados e municípios.

Os temas prioritários estão organizados em sete eixos estratégicos. Cada eixo reúne objetivos a serem alcançados até 2035 e que se articulam com os demais. Juntos, oferecem uma visão abrangente e articulada para orientar políticas culturais consistentes, democráticas e sustentáveis, e oferecem um horizonte para a formulação de planos e políticas estaduais, municipais e setoriais.

O Eixo 7 do novo PNC é “Cultura, Bem Viver e Justiça Climática”, que prevê: a) proteger, valorizar e fomentar culturas e conhecimentos dos povos e das comunidades tradicionais, dos povos indígenas e das comunidades de matriz africana como estratégia de resiliência e promoção do bem viver e ação climática, e b) promover a adaptação, a mitigação e a recuperação do setor cultural diante dos impactos de desastres e emergências ambientais e sanitárias, em articulação com agentes, grupos, comunidades e espaços culturais. Saiba mais

12. PLANO CLIMA, UMA POLÍTICA CLIMÁTICA COM A CARA DO BRASIL

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima 2024-2035) é o principal instrumento para orientar a resposta do Brasil à crise climática até 2035. Fundamentado na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Clima estabelece metas e diretrizes de curto, médio e longo prazo que visam à transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050, e à adaptação de sistemas humanos e naturais à mudança do clima.

Sua elaboração, coordenada pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), contou com amplo processo participativo que envolveu diferentes níveis de governo, a sociedade civil, a academia e o setor privado. Esse processo reuniu mais de 24 mil pessoas e milhares de contribuições e propostas oriundas de plenárias territoriais, da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e de consultas públicas por meio da plataforma Brasil Participativo, garantindo o envolvimento ativo da sociedade na definição das estratégias climáticas do país.

A nova meta climática do Brasil no Acordo de Paris, a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), estabelece o compromisso de reduzir entre 59% e 67% as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2035, em comparação com o que o país emitia em 2005. Isso representa reduzir entre 1,5 e 1,7 bilhão de toneladas de gases que causam o aquecimento global. O Plano Clima, desenvolvido pelo governo federal, busca colocar em prática esse compromisso.



O Plano Clima 2024–2035 é estruturado em três eixos complementares: Adaptação, Mitigação e Estratégias Transversais para Ação Climática. Essa arquitetura permite enfrentar o problema das mudanças climáticas de maneira integrada, visando reduzir as causas do aquecimento global, enquanto prepara a sociedade e os territórios para serem mais resilientes aos seus impactos, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da justiça climática. As estratégias transversais também incorporam temas fundamentais como transição justa, igualdade de gênero, financiamento, capacitação, inovação, monitoramento e transparência.

SAIBA MAIS

Cartilha do Plano Clima 2024 - 2035: principal instrumento de planejamento do Brasil para o enfrentamento da mudança do clima na próxima década



13. PROTOCOLO DA CULTURA VIVA PARA SITUAÇÕES DE CATÁSTROFES NATURAIS, CLIMÁTICAS E PANDÊMICAS

Em janeiro de 2011, a região serrana do Rio de Janeiro foi alvo de uma das maiores tragédias climáticas da história do Brasil. Chuvas intensas causaram deslizamentos e enchentes, resultando em mais de 900 mortes e cerca de 100 desaparecidos, afetando principalmente as cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.

Em resposta a essa calamidade, organizações e coletivos culturais da Rede Cultura Viva se juntaram para oferecer acolhimento comunitário, distribuição de alimentos, roupas e insumos, comunicação solidária e atividades artísticas, buscando o fortalecimento de redes locais e a reconstrução social.

A partir dessa experiência, começou-se a pensar na construção de um protocolo da Cultura Viva, que reconhecesse e fortalecesse o papel das organizações nas comunidades em situações de emergência e crise socioambiental. Daí nasceu o Protocolo da Cultura Viva para Situações de Catástrofes Naturais, Climáticas e Pandêmicas.



Esta campanha de articulação e incidência política, que já conta com a adesão de 76 organizações e coletivos, é uma iniciativa da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais e do Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar, em parceria com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura e o Ministério da Cultura.

Acesse AQUI o documento orientador do Protocolo da Cultura Viva



14. OUTRAS TEIAS: DE PONTO EM PONTO, AS AMARRAS QUE LEGITIMAM O CONJUNTO

1ª TEIA: "VENHA VER E SER VISTO", SÃO PAULO, 2006



No primeiro encontro nacional dos pontos de cultura, a Teia de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária: "Venha ver e ser visto", o programa Cultura Viva ganhou enfim o que lhe faltava: impacto estético.

Durante quatro dias, de 6 a 9 de abril de 2006, o Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, foi ocupado por ponteiras e ponteiros de todas as regiões do país: do Alto Xingu ao Rio Grande do Sul, da Zona da Mata pernambucana à Favela da Maré (Rio de Janeiro).

A ideia era criar uma ação estratégica que mostrasse o que estava acontecendo no país, as experiências que brotavam no Brasil "escondido", a cultura que vinha da periferia, a sabedoria dos "de baixo". Fazer a primeira Teia no templo da arte de vanguarda em São Paulo era uma forma de fortalecer a narrativa simbólica do Cultura Viva. A começar pela escolha do nome: numa teia, cada nó, cada amarra, legitima o conjunto.

"A Teia de São Paulo foi o alerta da chegada. Os pontos, aliados do movimento nacional de economia solidária, disseram presente e sacudiram o prédio da Bienal com tambores, autonomia, danças, imagens, sons, cultura digital e pensamento", afirmou o então ministro Gilberto Gil.

2ª TEIA: "TUDO DE TODOS", BELO HORIZONTE, 2007



Se na primeira Teia o cortejo estava embutido na própria ocupação da Bienal de São Paulo, na segunda edição, em Belo Horizonte, em 2007, a ideia foi encher a cidade de estandartes, chamando a atenção para a programação que se espalhava por diferentes espaços da capital mineira, com mostras de artes cênicas, artes visuais, cinema e vídeo, e a feira de economia solidária. Nesta Teia foi realizado o I Fórum Nacional de Pontos de Cultura, que reuniu cerca de 450 participantes e aprovou a criação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura como instância de participação e articulação permanente da rede.

3ª TEIA: "IGUAIS NA DIFERENÇA", BRASÍLIA, 2008



A terceira edição da Teia, realizada na área central de Brasília, recebeu 88 atrações vindas dos mais diferentes lugares e mais de 1,5 mil participantes. Durante cinco dias, de 12 a 16 de novembro de 2008, diversos grupos de brincantes de folguedos ocuparam os palcos da festa a céu aberto na Esplanada dos Ministérios e discutiram temas da maior importância, como questões de gênero e educação para os direitos humanos. As comemorações pelos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos inspiraram o slogan adotado na Teia 2008: "Direitos Humanos: Iguais na Diferença". A programação incluiu palestras, oficinas, encontros, mesas de debates, mostra indígena, tenda grîo, um espaço para as juventudes, mostra de cinema e artes cênicas, feira solidária e exposições.



4ª TEIA: "TAMBORES DIGITAIS", FORTALEZA, 2010



Na maior de todas as edições, em número de participantes e de atividades realizadas, a 4ª Teia ocupou o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, de 25 a 31 de março de 2010. “A ebulição dos libertos” (“quando o tambor toca, todo mundo sai da toca”) acabou inspirando o cortejo da Teia naquele ano, o primeiro a contar com forte presença das redes de pontos de cultura conveniadas com os estados, o que significou também uma nova arquitetura de produção do encontro, com maior descentralização das responsabilidades. A programação contou com mostras de cinema e artística, seminários, rodas de conversas, oficinas, vivências, feira de economia solidária e exposições.

5ª TEIA: “TEIA NACIONAL DA DIVERSIDADE”, NATAL, 2014



Com um manifesto baseado na ideia de “Somos somas”, a Teia da Diversidade, realizada em Natal (RN) de 19 a 24 de maio de 2014, buscava estratégias para a integração das ações dos programas Cultura Viva e Brasil Plural – e destas com as demais ações do Ministério da Cultura. Realizada em gestão compartilhada com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura e em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), a Teia 2014 contou com ampla programação em torno dos temas, identidades e territórios da diversidade brasileira. Foram vários os espaços dedicados a apresentações, seminários, encontros, rodas de conversa, atividades autogestionadas e atividades formativas propostas pelos pontos de cultura e pelos beneficiários do Brasil Plural.





15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BANIWA, Gersem. Território é memória (diversos textos). Brasília: MEC/SECADI, 2018.

BENSUSAN, Nurit. Sociobiodiversidade: perspectivas e desafios. Brasília: Instituto Socioambiental, 2014.

HOOKS, bell. Anseios: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, Tania. O que é racismo ambiental? Combate Racismo Ambiental, 2010. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br>.

PERIM, Alexandre. Banda de Congo São Benedito do Rosário de Vila do Riacho – Uma história cheia de histórias

SANTOS, Jocélio Teles dos; NASCIMENTO, Everton et al. Mapeamento dos Terreiros de Salvador: território, espacialidade e cosmopolítica afro-brasileira. Salvador: CEAO/UFBA, 2015.

SANTOS, Milton. O território usado: por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Tiganá Santos Neves. Dikenga dia Kongo e V (um esboço de reflexão tradutória) in Silva, Vagner Gonçalves da. et al. Através das águas: os bantu na formação do Brasil. São Paulo: FEUSP, 2023.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas globais sobre biodiversidade e biotecnologia. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô. Petrópolis: Vozes, 2017.

TURINO, Célio. Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

TURINO, Célio. Cultura Viva e Bem Viver. IberCultura Viva, 2015. Disponível em: <https://iberculturaviva.org>.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CARTA DA TERRA - documento global de princípios éticos para um mundo sustentável.

Cultura Viva 20 anos: memória, reflexão, futuro e celebração. / Consórcio Universitário Cultura Viva - UFBA/UFF/UFPR – Niterói: LABAC-UFF, 2024

DECÁLOGO DO BEM VIVER - Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

MAPBIOMAS. Coleção 8 – Relatório Anual de Desmatamento no Brasil. São Paulo: MapBiomias, 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org>.

CRÉDITOS DE PRODUÇÃO

Coordenação de Edição

Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Coordenação executiva

Sybele Avelino Pereira

Equipe Cultura Viva/SCDC

João Paulo Pontes e Silva

Leandro Artur Anton

Iara da Costa Zannon

Carolina Freitas

Colaboração especial

Sebastião Soares

Karina Gama

Copidescagem e revisão técnica

Teresa Albuquerque

Giselle Dupin

Identidade Visual Teia

Ilustrações, design e diagramação

Collab Ilê | Ingrid Castilho e Isabela Bimbatto

Assessoria de comunicação

Thais Cristina Alves Passos

Naila Eveline Geraldo

Colaboradoras

Luísa Coimbra Moretti

Victoria Arlina Pereira Barbosa

Consultores UNESCO

Silvany Euclenio Silva

Maria Teresa Moraes de Albuquerque

Rodrigo Oliveira de Castro Dias

Franklim Drumond de Almeida





COORDENAÇÃO GERAL

Sistema Nacional de Cultura
Ministério da Cultura
Secretarias Estaduais e Distrital
Secretarias Municipais

Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
27 Comissões Estaduais/Distrital de Pontos de Cultura
Comissões Municipais de Pontos de Cultura

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL REPRESENTANTES E SUPLENTE

- Ministério da Cultura
- Ministério dos Povos Indígenas
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)
- Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC)
- Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo - (Secult-ES)
- Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura
- Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados
- Rede Nacional de Gestores Municipais de Cultura

GRUPO DE TRABALHO LOCAL

- Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult-ES)
- Escritório Estadual do Ministério da Cultura - MinC/ES
- Fundação Palmares (FCP)
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai-ES)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-ES)
- Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz (Semtur)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)
- Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
- Rede dos Pontos de Cultura do Espírito Santo
- Representantes do Povo Guarani
- Representantes do Povo Tupinikim
- Representante das Comunidades Quilombolas - Coeq
- Representantes do Sesc/ES

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Unesco
- Programa IberCultura Viva

PARCERIAS

GOVERNO FEDERAL

- Presidência da República - Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR)
- Ministério das Mulheres
- Ministério dos Povos Indígenas
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Ministério da Saúde
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Consórcio Universitário Cultura Viva (UFBA/ UFF/ UFPR)
Consórcio Notório Saber (IFCE, UnB, Unilab,
UECE, UFMG, UFBA)

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult-ES)
- Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp)
- Secretaria da Justiça (Sejus)
- Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes)
- Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan)
- Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce (SERD)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES

- Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Semtur)
- Secretaria Municipal de Governo (Segov)
- Secretaria Municipal de Saúde (Semsu)
- Secretaria Municipal de Educação (Semed)
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semam)
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS)
- Poder Judiciário - Comarcas de Aracruz Rota do Grande Buda

TERRITÓRIO TEIA UNIDADES DESCENTRALIZADAS

- Base Oceanográfica da Ufes
- Estação Biológica Marinha Augusto Ruschi - EBMAR
- Museu Histórico de Santa Cruz
- Oficina das Artes de Coqueiral
- Aldeias Indígenas - Três Palmeiras, Boa Esperança, Nova Esperança, Olho D'água, Amarelos, Areal, Caieiras Velha, Comboios, Córrego do Ouro, Irajá, Pau Brasil e Piraquê-Açu
- Comunidades Quilombolas - Degredo e Povoação (Linhares) e São Pedro (Ibiraçu)
- Rede de Pontos de Cultura

PREFEITURAS

- Prefeitura de Vitória
- Prefeitura Municipal de João Neiva
- Prefeitura Municipal de Ibiraçu
- Prefeitura Municipal de Fundão
- Prefeitura Municipal de Serra
- Prefeitura Municipal de Conceição da Barra
- Prefeitura Municipal de Linhares
- Prefeitura Municipal de Colatina
- Prefeitura Municipal de Cariacica
- Prefeitura Municipal de Niterói/RJ

OUTRAS PARCERIAS

- Grupo Imetame
- TVE Espírito Santo
- Amigos da Justiça
- TV Taubaté
- Pontão de Cultura Areté
- Criarte - Associação dos Artesãos de Barra do Riacho
- Rede de Matriz Africana - REMA
- Mosteiro Zen Morro da Vargem
- Recicle Aracruz



PARCERIA

tve
ESPÍRITO SANTO

Sesc
Fecomércio ES
Senac

**INSTITUTO
FEDERAL**
Espírito Santo

Cooperação
unesco

1
+ **10**
ANOS
DE
CULTURA
VIVA

REALIZAÇÃO

CNPq

**PREFEITURA DE
ARACRUZ**

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Cultura

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO